

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

“SENTIDO” E “IMPRESSÃO” EM WITTGENSTEIN

CLAUDIO ALEXANDRE FIGUEIRA GOMES

GOIÂNIA
2011

CLAUDIO ALEXANDRE FIGUEIRA GOMES

“SENTIDO” E “IMPRESSÃO” EM WITTGENSTEIN

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de Goiás para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André da Silva Porto

GOIÂNIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação e Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Gomes, Claudio Alexandre Figueira

“Sentido” e “Impressão” em Wittgenstein / Claudio Alexandre Figueira
Gomes. 2011.

Bibliografia: f.

1.

Autorizamos a reprodução total ou parcial deste trabalho, para fins de estudo e pesquisa.

Goiânia, ____ / ____ / ____

Assinatura:

e-mail:

CLAUDIO ALEXANDRE FIGUEIRA GOMES

“SENTIDO” E “IMPRESSÃO” EM WITTGENSTEIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André da Silva Porto

Aprovado em ____ / ____ / ____.

Prof. Dr. André da Silva Porto (Presidente)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Guilherme Guizhoni da Silva (Membro interno)
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Bento de Almeida Prado Neto (Membro Externo)
Universidade Federal de São Carlos

Aos meus pais, Adailton de
Freitas Gomes (*in memoriam*) e Amélia
Figueira Gomes, com amor.

Agradecimentos

A todos que ajudaram de forma direta e indireta na elaboração deste trabalho.

À Universidade Federal de Goiás e ao seu Programa de Mestrado da Faculdade de Filosofia, com todo seu grupo de funcionários.

À CAPES, pelo subsídio indispensável à realização desta pesquisa.

Ao prezado professor, André Porto, pela imprescindível orientação, pelos inapreciáveis ensinamentos e pelo depósito de sua confiança.

Aos prezados professores, José N. Heck, Aracelli Veloso, Thiago Santoro e Adriano Correia, por todos os ensinamentos sobre Filosofia e profissionalismo.

Ao prezado professor Guilherme Ghizoni, pelas ótimas conversas que tivemos que tanto me estimularam a perseguir obstinadamente a compreensão da filosofia de Wittgenstein.

Ao amigo Renato Mendes Rocha, pelas ótimas conversas, sempre inteligentes, honestas e reflexivas.

Ao amigo Silvio Carlos, pelos diálogos enriquecedores e pela sempre pronta ajuda.

À amiga Priscilla Borges, por todo o apoio e pelas conversas sempre construtivas.

A todos os meus amigos, pela força que sempre me passaram, por me fazerem recuperar a confiança nos momentos incertos.

À Pammila, minha namorada, pelo seu amor e companheirismo, principalmente nos momentos mais difíceis.

Às minhas irmãs Ana Paula e Silvia e ao meu irmão Robson, pelo apoio e incentivo incondicionais.

Aos meus pais, por todo o amor e por terem me oferecido as condições necessárias e suficientes para que eu pudesse me dedicar sempre exclusivamente aos estudos.

Resumo

Esta dissertação é um estudo da relação entre os conceitos de “sentido” e “impressão” na filosofia de Wittgenstein. No *Tractatus*, o sentido de uma proposição é dado pela possibilidade *a priori* de se deduzir suas condições de verdade. A partir de 1929, com a publicação do artigo *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein passa a conceber explicitamente o estatuto ontológico da realidade tractariana como “fenomenológico”. A partir do ano de 1930, Wittgenstein, surpreendentemente, apresenta uma nova filosofia ao rejeitar o que, talvez, seja a tese mais característica do *Tractatus* – a *Tese da Completa Determinação do Sentido*. Com esta dissertação, pretendemos investigar as possíveis razões que teriam causado essa mutação e avaliar algumas prováveis consequências das novas concepções de “sentido” e de “impressão” para a filosofia de Wittgenstein na década de trinta.

Palavras-chave: Sentido. Impressão. Fenômeno. Representação completa. Mutação.

Abstract

This dissertation is a study of the relationship between the concepts of “sense” and “impression” in Wittgenstein’s philosophy. In the *Tractatus*, the sense of a proposition is given by an *a priori* possibility of deducting its truth’s conditions. From 1929 onwards, with the publication of the article *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein begins to explicitly conceive the ontological statute of tractarian reality as “phenomenological”. In the year 1930, Wittgenstein, surprisingly, presents a new philosophy rejecting what, perhaps, could be the *Tractatus* most characteristic thesis - the thesis of *The Complete Determination of Sense*. In this dissertation, we intent to investigate the possible reasons that would have caused this mutation and evaluate some probable consequences of the new conceptions of “sense” and “impression” for the Wittgenstein’s philosophy in the thirties.

Key-words: Sense. Impression. Phenomenon. Complete representation. Mutation.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 - A determinação do sentido proposicional no <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>	17
1.1 - O sentido proposicional no <i>Tractatus</i>	17
1.2 - A análise lógico-proposicional e a completa determinação do sentido	21
1.3 - O último nível da análise proposicional – as proposições elementares	25
1.4 - A estrutura da proposição elementar	27
1.5 - “Singularidade” e “generalidade” nas proposições	31
Capítulo 2 - O nascimento de uma nova linguagem	34
2.1 - Os fenômenos ao final da análise	34
2.2 - A superação da análise proposicional pelo esclarecimento gramatical	38
2.3 - O sentido proposicional e os modos de representação nas <i>Philosophical Remarks</i>	41
2.3.1 - A hipótese do tempo	42
2.3.2 - A hipótese do espaço tridimensional	46
2.3.3 - A hipótese dos objetos físicos	47
2.3.4 - A verificação das representações fisicalistas e fenomênicas	49
Capítulo 3 - A generalidade inerente ao sentido proposicional e a crise do <i>Tractatus</i>	53
3.1 - As primeiras dificuldades com a análise proposicional	53
3.2 - A descoberta de uma generalidade inerente ao sentido das proposições	58
3.3 - Teses tractarianas afetadas pela generalidade inerente às proposições	65

Capítulo 4 - Da generalidade proposicional à generalidade das “impressões”	69
4.1 - O tratamento dado ao conceito de “impressão” na filosofia tardia de Wittgenstein.....	69
4.2 - Relações entre a generalidade proposicional e a generalidade do fenômeno	75
Conclusão	79
Referências Bibliográficas	86

Introdução

Nesta dissertação, investigaremos as relações entre os conceitos de “sentido proposicional” e de “impressão” na filosofia de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein. Em nossa pesquisa, temos dois objetivos centrais a serem cumpridos. O primeiro deles consiste em identificar alguns dos principais problemas que teriam gerado uma grande mutação ocorrida entre os anos de 1929 e 1930 na concepção de Wittgenstein sobre o “sentido proposicional”. Nosso segundo objetivo é explicar como essas razões teriam influenciado no tratamento do conceito de “impressão” na filosofia de Wittgenstein até meados da década de trinta. Como fio condutor de nossa investigação, analisaremos a noção de “sentido proposicional” desde o *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicado em 1921, até os escritos do *Big Typescript*, terminados em 1937, passando pelo artigo *Some Remarks on Logical Form*, publicado em 1929, pelas *Philosophical Remarks*, produzidas de 1929 a 1930 e pelo *Phenomenal Language*, escrito entre 1931 e 1934.

A relação entre as concepções de “sentido proposicional” e de “impressão” aparece de formas distintas em cada fase do pensamento de Wittgenstein. No *Tractatus*, não há uma definição explícita do tipo de representação da linguagem, isto é, se a linguagem representa a realidade num sentido fisicalista ou fenomênico. A partir das asserções do *Tractatus*, ainda não parece haver condições suficientes para se determinar a relação entre o sentido das proposições e a noção de impressão, prevalecendo um certo “agnosticismo” sobre essa questão. Sendo assim, com respeito à representação proposicional no *Tractatus*, pode-se apenas afirmar que a proposição deveria representar completamente (em um sentido de completude que explicaremos mais tarde) a realidade, seja lá qual for o estatuto ontológico dessa representação.

Apesar de seguirem basicamente os mesmos princípios tractarianos, como, por exemplo, o princípio de “possibilidade de análise proposicional”, os escritos de Wittgenstein datados do início de 1929, como *Some Remarks on Logical Form*, apresentam explicitamente o *fenômeno* como a base da representação linguística. Dessa forma, estaria sendo explicitada no pensamento de Wittgenstein uma relação entre “sentido proposicional” e “impressão”, na qual o sentido proposicional ainda

deitaria, como no *Tractatus*, da possibilidade de se representar *completamente* as impressões.

Contudo, como poderemos ver nesta dissertação, a partir do ano de 1930, esse caráter de completude das representações proposicionais das impressões passaria a ser duramente criticado pelo próprio Wittgenstein. A partir de então, Wittgenstein surpreendentemente passaria a refutar, talvez, a tese mais importante do *Tractatus*, a tese da “completa determinação do sentido proposicional”. Em meio a esse impressionante processo de mutação na filosofia de Wittgenstein, procuraremos examinar como a noção tractariana de sentido proposicional, agora ante a possibilidade de que a ideia de uma representação *completa* da realidade fenomênica já não mais estivesse disponível. Com a ruína da concepção tractariana/1929 de sentido proposicional, segundo a qual o sentido de cada proposição dependeria da possibilidade da *completa descrição* das impressões, a relação entre sentido e impressão viria a adquirir uma nova e idiossincrática formulação no pensamento de Wittgenstein.

A partir de meados da década de trinta, essa mutação no pensamento de Wittgenstein o levaria a desenvolver uma concepção que, de modo oposto à completa representação das impressões, sustentaria a generalidade como caráter essencial da representação proposicional das impressões. Em nossa investigação, procuraremos explicar o que consideramos serem algumas das principais razões que causaram essa intrincada mutação no pensamento de Wittgenstein. Além de buscar explicar tal processo, tentaremos averiguar algumas importantes influências da nova relação entre “sentido” e “impressão” na filosofia de Wittgenstein ao final da década de trinta.

Nossa argumentação será dividida em quatro capítulos. No primeiro deles, veremos que, no *Tractatus*, o sentido das proposições teria sido concebido por Wittgenstein como a possibilidade de expressar em casos disjuntos todas as condições de verdade da proposição. Como poderemos constatar, em decorrência dessa concepção, o filósofo teria proposto a “análise lógico-proposicional” como o processo capaz de explicitar completamente o sentido de uma proposição. Nesse processo, todas as proposições logicamente dependentes de uma sentença complexa seriam expressas como uma linhagem de proposições cada vez mais simples. Ao final dessa análise, estariam derivadas todas as partes simples integradas à estrutura lógica subjacente das

proposições e, assim, toda a generalidade da proposição complexa estaria convertida em proposições particulares.

No segundo capítulo, nossa apresentação será dividida em duas etapas. Na primeira etapa, apresentaremos a argumentação de Wittgenstein contida no artigo *Some Remarks on Logical Form*, publicado em 1929. Analisando esse texto, veremos que os estados de coisas elementares, cuja natureza no *Tractatus* ainda é discutível, estariam sendo descritos claramente como “fenômenos”. A partir de tal elucidação, veremos que o processo de análise proposicional, ainda vigente na filosofia de Wittgenstein, teria de apresentar em sua fase final uma descrição das partes elementares do fenômeno, constituindo uma “linguagem fenomênica”. Como poderemos constatar, nesse artigo, Wittgenstein depositaria nessa linguagem a possibilidade de completa explicitação do sentido das proposições gerais.

Na segunda etapa do segundo capítulo, apresentaremos o caráter geral da mutação ocorrida na concepção de Wittgenstein de “sentido proposicional”. Ao analisarmos as *Philosophical Remarks*, produzidas entre 1929 e 1930, poderemos averiguar que Wittgenstein teria rejeitado a ideia de “análise proposicional”, processo sem o qual a filosofia do *Tractatus* estaria falida. Em vez de argumentar por uma nova forma de “completa determinação do sentido proposicional”, o filósofo teria proposto o que chamou de “esclarecimento gramatical” a fim de evitar construções de sentenças absurdas. Investigando esse esclarecimento gramatical, veremos que Wittgenstein viria a descrever dois modos de representação da realidade presentes na linguagem, sendo eles o da representação da física e o da fenomenologia. Ao pesquisarmos as principais características de cada um desses modos, poderemos observar que, para Wittgenstein, as sentenças absurdas seriam constituídas pela confusão entre essas duas formas de expressão.

No terceiro capítulo, apresentaremos o que consideramos ser uma das principais razões para a grande mutação no pensamento de Wittgenstein dada entre 1929 e 1930, a constatação de proposições que apresentariam uma generalidade inerente em seu sentido. Recorrendo ao *Big Typescript*, poderemos constatar que Wittgenstein conclui que não faz sentido se postular a possibilidade de dedução *a priori* dos casos particulares disjuntos de uma proposição geral. Conforme explicaremos, fazer tal postulação seria oferecer um conteúdo que não se mostra na estrutura da proposição

geral. Assim, veremos que, para Wittgenstein, sentenças que descrevem a realidade de maneira geral não dependeriam da possibilidade de explicitação de todas as sentenças que lhes fossem logicamente dependentes para serem validadas ou falseadas. Como poderemos observar, nesse livro, Wittgenstein entende que o sentido das proposições de caráter geral dependeria apenas da possibilidade de enunciação de suas respectivas negações. Após apresentarmos a argumentação de Wittgenstein sobre a generalidade inerente ao sentido das proposições, analisaremos as principais teses do *Tractatus* que teriam sido demolidas com o advento dessa nova perspectiva filosófica.

Em nosso quarto e último capítulo, veremos como as novas constatações de Wittgenstein sobre a generalidade das proposições viriam a influenciar sua filosofia até o final da década de trinta. Nessa etapa de nossa investigação, apresentaremos o texto *Phenomenal Language*, produzido por Wittgenstein entre 1931 e 1934. Nesse escrito, poderemos notar que o filósofo criticou uma ideia muito próxima da que ele mesmo defendera em seu artigo *Some Remarks on Logical Form*, a ideia de uma linguagem que descreva completamente as “impressões”. Na apresentação desse escrito, veremos que Wittgenstein teria recorrido à premissa de que as impressões seriam inerentemente gerais para considerar *absurda* a ideia de completude no contexto da representação de uma impressão.

O argumento central desta dissertação será propor que a premissa usada por Wittgenstein para constituir a crítica à “descrição completa” das impressões, no texto *Phenomenal Language*, seria um produto da constatação da generalidade inerente às proposições feita pelo pensador, entre 1929 e 1937, nas *Philosophical Remarks* e no *Big Typescript*. A hipótese que sustentaremos será a de que, ao reconhecer que faria sentido se falar em proposições inerentemente gerais, Wittgenstein teria concluído ser *absurda* a afirmação de que os estados de coisas representados pelas proposições de cunho geral pudessem ser menos gerais do que sua própria representação. Essa leitura nos permitirá considerar a generalidade do sentido proposicional e a generalidade das impressões como características centrais da filosofia de Wittgenstein ao final da década de trinta.

Capítulo 1 - A determinação do sentido proposicional no

Tractatus Logico-Philosophicus

Desde seus primeiros escritos filosóficos registrados, Wittgenstein manteve a posição de que “o sentido de uma proposição são as suas condições de verdade” (*Notes on Logic*, p. 94, §4). Neste capítulo, analisaremos a constituição da tese de Wittgenstein sobre o sentido das proposições descrito nos *Notebooks* e no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Daremos início à nossa análise examinando o modo pelo qual Wittgenstein argumentou que o sentido de uma proposição seria dado pela sua possibilidade de ser verdadeira ou falsa. Em seguida, investigaremos o processo no qual, em virtude dessa concepção de sentido, Wittgenstein buscou instaurar a possibilidade de uma completa análise lógica das proposições. Após termos apresentado os princípios filosóficos responsáveis pela viabilização da análise lógico-proposicional, faremos uma descrição da metodologia e das entidades lógicas contidas nessa análise. Ao final deste capítulo, procuraremos explicar o processo de determinação do sentido proposicional a partir dos conceitos de “generalidade” e “singularidade”, o que deve nos oferecer conclusões bem convenientes para o tema que pretendemos investigar.

1.1 - O sentido proposicional no *Tractatus*

No *Tractatus*, a tese de que “o sentido das proposições são as suas condições de verdade” foi defendida por meio de um complexo sistema lógico e filosófico cuja finalidade era a de descrever a estrutura geral de qualquer proposição, isto é, a estrutura geral de qualquer descrição de ocorrência no mundo. Nesta seção, tentaremos elucidar as caracterizações preliminares de Wittgenstein sobre o sentido das proposições. Nesse intuito, explicaremos como o filósofo discorreu sobre a possibilidade de verdade e de falsidade de uma sentença. A partir disso, examinaremos a concepção de Wittgenstein segundo a qual o sentido esclarecido de uma proposição equivaleria à enunciação de todas as suas condições de verdade.

Começaremos nossa investigação examinando a ideia de “sentido proposicional” descrita por Wittgenstein no parágrafo 4.2 do *Tractatus*:

O sentido de uma proposição é sua concordância ou sua discordância com a possibilidade da subsistência ou não-subsistência de estados de coisas. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 82, § 4.2).

Segundo a descrição de Wittgenstein, uma proposição tem sentido se ela é capaz de concordar com ou discordar de um estado de coisas possível. Uma proposição que concorda com a ocorrência de um estado de coisas possível seria a representação de tal estado de coisas. Em contrapartida, ao discordar de um estado de coisas possível, uma proposição representaria estados de coisas diferentes do qual se discorda. Desse modo, a discordância de “ocorre α ”, representada na proposição “não ocorre α ”, seria equivalente à representação de situações nas quais “ocorre β ”, “ocorre γ ”, “ocorre λ ” etc., pois em todas essas situações equivalentes a “não ocorre α ” estariam representados estados de coisas diferentes de “ocorre α ”.

Wittgenstein afirma que, ao serem comparadas com a *realidade*, as proposições que concordam ou discordam poderiam ser *verdadeiras* ou *falsas*. Nas citações a seguir, Wittgenstein descreve as relações entre realidade e o valor de verdade das proposições:

A subsistência e a não-subsistência dos estados de coisas é a realidade. (Chamamos de fato positivo à subsistência de estados de coisas e de negativo a não-subsistência deles). (WITTGENSTEIN, 1968, p. 58, § 2.06).

Compara-se a realidade com a proposição. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 74, § 4.05).

Somente por isso a proposição pode ser verdadeira ou falsa, quando ela é uma figuração da realidade. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 74, § 4.05).

De acordo com essas afirmações, a realidade seria a totalidade dos estados de coisas que *ocorrem* e dos estados de coisas que *não ocorrem*. Dessa forma, uma proposição verdadeira expressaria concordância com um estado de coisas que ocorre no mundo, e, de modo oposto, uma proposição falsa seria a expressão de estados de coisas que não ocorrem. Nesse sentido, tanto as proposições verdadeira quanto as proposições falsas seriam representações da realidade, pois ambas descreveriam estados de coisas possíveis, sendo distintas apenas pelo tipo de representação que fazem do mundo. Assim, no caso das proposições verdadeiras, elas representariam os casos que ocorrem,

e as proposições falsas representariam apenas possibilidades de ocorrência, sem consistirem em fatos.

Essas explicações, no entanto, ainda não esclarecem completamente a tese do sentido proposicional no *Tractatus*. Aproveitemos outra descrição de Wittgenstein para prosseguirmos em nossa apresentação:

A proposição é expressão de suas condições de verdade.
(WITTGENSTEIN, 1968, p. 85, § 4.431).

Nesse curto aforismo, Wittgenstein afirma que as proposições expressam suas condições de verdade. Isso quer dizer que o conteúdo expresso por uma proposição consistiria na representação dos casos perante os quais a proposição em questão pudesse ser verdadeira ou falsa. Com isso, Wittgenstein estaria propondo que o sentido de uma proposição seria propriamente a representação dos casos nos quais ela poderia ser verdadeira ou falsa. De acordo com essa ideia, o sentido da proposição “ocorre P”, por exemplo, consistiria na expressão dos eventos frente os quais a ocorrência de “P” seria verdadeira ou falsa. Nesse caso, a proposição “ocorre P” teria sentido se, e somente se, os casos de sua verdade e de sua falsidade pudessem ser expressos. Assim, a proposição “ocorre P” expressaria “ocorre P (na situação 1), ocorre P (na situação 2), ocorre P (na situação 3), ..., ocorre P (na situação n)...” prosseguindo dessa forma até que se esgotassem os casos em que a proposição seria verdadeira.

Recorrendo aos *Notebooks*, também é possível encontrar algumas anotações norteadoras de Wittgenstein a esse respeito. Encontra-se, por exemplo:

Toda proposição é essencialmente verdadeira/falsa: para entendê-las, nós devemos conhecer tanto o que é necessário para que elas sejam o caso, quanto o que deve ser o caso se elas forem falsas. Então uma proposição tem dois *pólos*, correspondentes ao caso de sua verdade e ao caso de sua falsidade. Nós chamamos isso de sentido de uma proposição.
(WITTGENSTEIN, 1979, p. 98, *tradução nossa*).

Fica claro, nesse trecho, que Wittgenstein não apenas considera que as condições de verdade são necessárias para a validação ou falseamento de uma proposição, mas que estas seriam o próprio entendimento que se pode ter acerca das proposições. As condições de verdade seriam, assim, o próprio sentido proposicional. Por sua vez, o sentido das sentenças estaria sujeito à possibilidade de variação em apenas dois pólos:

verdade e falsidade. Dessa forma, como já havíamos mencionado, o seria essencial na descrição de Wittgenstein é que o sentido de uma proposição seria o reconhecimento das circunstâncias que tornariam as proposições verdadeiras ou falsas a partir da ocorrência ou não ocorrência dos fatos.

Além das proposições que poderiam se qualificadas em dois polos, isto é, as proposições verdadeiras e as proposições falsas, Wittgenstein descreve dois outros tipos de proposições – a *tautologia* e a *contradição*. Esses dois tipos de proposição se distinguiriam das proposições que vimos até agora por não possuírem uma estrutura bipolar, isto é, seus valores de verdade seriam permanentes em qualquer situação. Explicando melhor, podemos dizer que a tautologia possui a forma lógica “ $A \vee (\sim A)$ ”, que pode ser lida como “ou A é o caso ou A não é o caso”. Devido à sua estrutura lógica, a tautologia não está sujeita a falseamento, sendo verdadeira, tanto nas situações em que “A é o caso”, quanto nas situações em que “A não é caso”. A contradição, em contrapartida, possuindo a forma lógica “ $A \wedge (\sim A)$ ”, que pode ser lida como “A é o caso e A não é o caso”, seria falsa, qualquer que fosse o caso. No § 4.461 do *Tractatus*, Wittgenstein diz que, por conta de suas formas lógicas, as proposições tautológicas e as contraditórias são *vazias de sentido* (*sinnlos*). Isso quer dizer que o que essas proposições não descreveriam a realidade sustentando o sentido de um estado de coisas *verdadeiro que poderia ser falso*, ou vice-versa. No caso da tautologia, o que se afirma é que, em qualquer situação, algo ocorre ou não ocorre, o que não expressa nenhuma condição para sua verdade. No caso da contradição, qualquer possibilidade afirmada envolveria sua própria negação, o que inviabilizaria a expressão dos casos condicionantes de sua negação.

Contudo, no § 4.1272, o autor do *Tractatus* fala em “pseudo-proposições” que estariam para além das proposições com sentido (as proposições bipolares) e das proposições vazias de sentido (tautologias e contradições). Essas seriam as proposições absurdas (*unsinn*). As proposições absurdas consistiriam em enunciados que pretendem descrever a própria estrutura da representação. Wittgenstein chama de absurdas as proposições que tentam expressar a própria forma da proposição. O filósofo procura justificar sua posição dizendo que, às proposições com sentido, caberiam apenas as representações dos estados de coisas que podem ser validados ou falseados. No caso das sentenças absurdas, o que estaria posto como pretensa descrição não seriam afirmações sobre fatos no mundo, nem sobre possibilidades, mas sobre o que Wittgenstein chamou

de “entidades abstratas”. Nesse mesmo aforismo (§ 4.1272), Wittgenstein oferece os seguintes exemplos de proposições absurdas: “1 é um número”, “há apenas um zero”. Nesses exemplos pode-se notar que, ao tentarem descrever essas entidades, as proposições seriam construídas por uma forma lógica aparentemente funcional; fazendo menção, no entanto, a entidades abstratas que não seriam verificáveis em qualquer hipótese. Assim, as pseudo-proposições, sendo absurdas, seriam asserções que estariam para além do limite do que pode ser descrito pela linguagem.

Até agora, vimos que Wittgenstein descreve o sentido proposicional como a possibilidade de uma proposição ser verdadeira ou falsa. A partir dessa noção, vimos que Wittgenstein também defendeu que o sentido das proposições são as suas condições de verdade. Isso significa que a compreensão precisa de uma proposição seria equivalente à compreensão de todas as circunstâncias capazes de torna-la verdadeira. Como consequência dessas descrições, para que o sentido proposicional fosse completamente esclarecido, deveria ser possível a completa enunciação das suas condições de verdade. Na próxima seção, veremos como Wittgenstein discorreu sobre a explicitação do sentido proposicional.

1.2 - A análise lógico-proposicional e a completa determinação do sentido

Na seção anterior, vimos que o sentido de uma proposição seria dado pela possibilidade de afirmar ou negar estados de coisas possíveis. Desse modo, Wittgenstein afirma que para que uma proposição tenha sentido, deve ser possível se representar as condições nas quais ela poderia ser validada ou falseada. O sentido proposicional na sua forma explícita seria, assim, uma listagem completa das possibilidades de validação ou negação de uma sentença. No *Tractatus*, Wittgenstein propôs que essa listagem funcionasse como uma descrição completa das possibilidades que comprovam a ocorrência de um estado de coisas possível. Esse processo foi chamado por Wittgenstein de “análise lógico-proposicional”. Nesta seção, tentaremos explicar como o filósofo argumentou em prol dessa possibilidade de completo esclarecimento do conteúdo lógico das proposições.

Antes de abordarmos propriamente o método de análise proposicional proposto por Wittgenstein, é importante que expliquemos melhor o modo como as condições de verdade seriam representadas nessa análise. Inicialmente pode-se pensar que a inscrição das condições de verdade de uma proposição seria equivalente à enunciação das proposições que validam e das proposições que falseiam o conteúdo da proposição complexa. Porém, devemos observar que apenas a afirmação sobre a *ocorrência* de um dado evento já estaria sendo contraposta à sua negação. Isso quer dizer que, ao se afirmar a ocorrência de um dado estado de coisas, a mera descrição da *ocorrência* já pode ser compreendida em oposição a *não ocorrência*.

Essa ideia fica mais clara quando se entende que a afirmação de ocorrência de um fato é um tipo de escolha dentre as possibilidades da realidade. Dessa forma, a sentença que afirma que algo ocorre, por si só, segrega as possibilidades realidade que representariam a sua validade, de modo que as instâncias não mencionadas na sentença afirmativa seriam as possibilidades que significariam a falsidade da sentença positiva. Ilustremos essa ideia por meio de um exemplo. Suponhamos que temos apenas três cores numa paleta: *azul, vermelho e amarelo*. Com tais considerações, poderíamos, naturalmente, escolher pintar uma tela com qualquer uma dessas três cores. Porém, ao se escolher *azul*, por exemplo, excluem-se as cores *vermelho e amarelo*. Nesse caso, “*escolher azul*” significa “*não escolher nem vermelho, nem amarelo*”. É claro que também é possível se escolher cores em par, como “*azul e amarelo*”, o que significaria “*não escolher vermelho*”. O que é fundamental nesse exemplo é que a escolha de cores na paleta significaria a *escolha* de uma possibilidade e a *não escolha* das outras.

Com respeito ao caso das sentenças, a enunciação das possibilidades de ocorrência já significa a exclusão das possibilidades de não ocorrência. Dessa forma, as possibilidades não enunciadas poderiam ser subentendidas com as possibilidades de não ocorrência do evento descrito. Esse seria o modo de representação da falsidade na análise da proposição. Podemos, ainda, dizer que o inverso se aplica a esse raciocínio, pois ao descrever um estado de coisas como não ocorrente, faz-se uma segregação de possibilidades significando que uma parcela de estados de coisas *não ocorre* em relação à outra parcela que *ocorre*. Dessa forma, a bipolaridade do sentido proposicional seria significada ainda que apenas um de seus polos seja enunciado. Isso se dá porque a representação de um estado de coisas, seja ele descrito como ocorrente ou não ocorrente, já implica no entendimento e na exclusão das suas sentenças falseadoras.

Abordemos, agora, as ideias de Wittgenstein sobre o processo de análise lógico-proposicional. Para explicarmos as descrições do filósofo sobre esse processo, vale a pena recorrer ao ponto 2.0201 do *Tractatus*:

Cada asserção sobre complexos deixa-se dividir numa asserção sobre suas partes constitutivas e naquelas proposições que descrevem inteiramente tais complexos. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 57, § 2.0201).

Nesse trecho, Wittgenstein afirma a estrutura lógica das proposições apresentaria a mesma complexidade dos estados de coisas representados por ela. A complexidade da estrutura lógica das proposições consistiria em uma cadeia de sentenças progressivamente mais simples, nas quais estariam representadas todas as condições de verdade da proposição inicial. Em cada nível de complexidade dessa cadeia, estaria disposta uma série de proposições cujos valores de verdade seriam completamente independentes entre si. A relação entre essas sentenças seria expressa como casos logicamente disjuntos. Considerada em sua totalidade, essa cadeia de proposições cada vez mais simples seria equivalente ao sentido completo da proposição complexa, de maneira que a proposição complexa seria verdadeira à medida que fossem verdadeiras as proposições mais simples.

Não se deve, no entanto, entender a proposta do filósofo como uma crítica sobre qualquer deficiência da linguagem ordinária. Muito pelo contrário, Wittgenstein observa que a linguagem corrente já possui pleno sentido e não carece de nenhum esclarecimento filosófico para funcionar satisfatoriamente. Adiante, podemos ver onde o filósofo comenta sobre esse assunto:

Todas as proposições de nossa linguagem corrente são, de fato, tais como são, perfeitamente ordenadas de um ponto de vista lógico. — Tudo o que for mais simples e que devemos aqui admitir não é símile da verdade, mas a própria verdade plena. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 110, § 5.5563).

Isso quer dizer que a linguagem ordinária não apresentaria nenhum problema ou limitação em relação à linguagem da lógica. Wittgenstein deixa claro que sua intenção não é tratar a linguagem ordinária como um tipo de cópia mal feita das expressões lógicas. Também, não seria o caso que a linguagem da lógica seria proprietária de uma verdade e um sentido maior em relação à linguagem cotidiana. Todo e qualquer sentido

lógico que pudesse ser descrito pela análise lógica já estaria contido na linguagem comum e seu bom funcionamento, não dependeria, em nada, do processo de análise.

Tendo esclarecido esse ponto, devemos, explicar melhor que tipo de função filosófica a análise proposicional desempenharia no *Tractatus*. Para Wittgenstein, apesar de ser completo, o sentido das sentenças ordinárias é implícito. Isso significa que quando uma proposição ordinária é enunciada, sua enunciação não revela claramente as suas condições de verdade. Mais precisamente falando, uma sentença da língua cotidiana não expressa, em sua enunciação, todas as circunstâncias que a confirmam ou a negam. A análise lógica de uma proposição trataria de expressar, justamente, essas condições de verdade implícitas no enunciado. A viabilidade desse processo de análise seria imprescindível para a sistematização da compreensão do sentido proposicional defendido no *Tractatus*. A exibição completa das condições de verdade seria condição de possibilidade para o esclarecimento do sentido proposicional. De acordo com Wittgenstein, se não fosse possível extrair as condições de verdade de uma proposição, não seria possível se determinar os casos em que uma sentença seria verdadeira ou falsa, o que seria equivalente à perda do sentido proposicional. Dessa forma, o processo de análise seria uma condição necessária e *a priori* para a instauração da noção de “sentido proposicional”.

Mesmo chegando a essa conclusão, Wittgenstein se questiona se algo, *em princípio*, poderia impedir que uma proposição complexa fosse completamente analisada a ponto de revelar *todos* os casos singulares de ocorrência a qual se refere. A questão levantada pelo filósofo não se refere a qualquer dificuldade de aspectos psicológicos ou científicos para efetuar essa análise, mas alude estritamente à possibilidade *a priori* de a linguagem figurar completamente os fatos no mundo. Assim, o desafio lançado no argumento de Wittgenstein é o de encontrar qualquer motivo que impedisse *aprioristicamente* uma descrição tão completa quanto à própria complexidade dos fatos. Quanto a esse ponto, vemos que Wittgenstein compreende haver uma *completa simetria* entre o que pode ocorrer e o que faz sentido se dizer, de modo que as proposições pudessem representar os fatos com *total singularidade*, assim como se dariam as ocorrências no mundo. Assim, para Wittgenstein, seria *absurdo* afirmar que algo aconteceu e não pode, *em princípio*, ser descrito. Esse seria o argumento fundamental para a instauração da possibilidade da análise proposicional.

A análise lógico-proposicional foi pensada por Wittgenstein como um princípio instaurador da noção de “sentido proposicional”. O papel desse procedimento seria o de garantir que as condições de verdade de qualquer proposição pudessem ser descritas. A necessidade lógica de se garantir essa enunciação seria viabilizar que o que é expresso em uma proposição complexa pode ser representado como casos singulares. Dessa forma, Wittgenstein estava enfatizando uma intuição muito natural, seja ela, a de que uma informação complexa é composta por informações mais simples. A consequência lógica dessa intuição seria, portanto, a de que para cada proposição complexa deveria ser possível uma exposição dos seus casos singulares correlatos. Wittgenstein introduz logicamente a possibilidade de análise como uma redução ao absurdo. Assim, a negação da dedução de casos simples a partir de uma sentença complexa inviabilizaria a atribuição de valores de verdade a qualquer proposição, pois a própria validação do conteúdo proposicional dependeria da descrição e da verificação dos casos singulares envolvidos na sentença complexa. Além disso, dizer que há ocorrências no mundo que não podem, *por princípio*, ser descritas é, claramente, fazer menção ao que se afirma não poder dizer. Na próxima seção, tentaremos explicar as descrições de Wittgenstein com respeito ao último estágio da análise, onde se encontram as proposições mais simples.

1.3 - O último nível da análise proposicional – as proposições elementares

Como vimos na seção anterior, no processo de análise lógico-proposicional, a sentença complexa seria desmembrada em proposições mais simples. Vimos, também, que a divisão do conteúdo lógico das proposições componentes apresentaria níveis de complexidade decrescente. Assim, a proposição complexa seria reescrita em proposições mais simples que, por sua vez, seriam novamente decompostas. Segundo a descrição de Wittgenstein, essa derivação do conteúdo lógico teria um limite no qual estariam inscritas, ainda como casos disjuntos, as sentenças de conteúdo lógico mais simples. Essas sentenças foram chamadas por Wittgenstein de “proposições elementares”. Nesta seção, analisaremos o tratamento dado pelo filósofo a esse modelo de proposição.

Vejam, a seguir, uma descrição do pensador sobre essas sentenças:

A proposição mais simples, a proposição elementar, afirma a subsistência de um estado de coisas. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 82, § 4.21).

De acordo com a descrição de Wittgenstein, as proposições elementares afirmam a ocorrência ou não ocorrência de um estado de coisas. Se levarmos em conta as explicações que fizemos até aqui, podemos entender essas sentenças representam um estado de coisas elementar. Isso significa que, se, por um lado, como vimos, as proposições complexas representam uma vasta série de estados de coisas, por outro lado, as sentenças elementares representariam, proporcionalmente, os estados de coisas mais simples possíveis.

Há, ainda, outros dois trechos nos quais o filósofo faz importantes comentários sobre essas sentenças:

Se a proposição elementar for verdadeira, o estado de coisas subsiste; se for falsa, o estado de coisas não subsiste. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 83, § 4.25).

A indicação de todas as proposições elementares verdadeiras descreve o mundo completamente. O mundo é completamente descrito pela indicação de todas as proposições elementares mais a indicação de quais são as verdadeiras e quais as falsas. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 83, § 4.26).

De acordo com o aforismo 4.25, pode-se perceber que, da mesma forma que as proposições complexas, as proposições elementares descrevem a ocorrência ou a não ocorrência de um estado de coisas. A distinção entre as sentenças complexas e as elementares se daria, então, meramente quanto à complexidade lógica do que se afirma. Assim, os estados de coisas descritos pelas proposições complexas poderiam ser derivados em diversos outros estados de coisas mais simples, enquanto as proposições elementares, por possuírem a estrutura lógica mais simples possível, não poderiam ser divididas em novas proposições. Como explicamos anteriormente, essas proposições representariam os estados de coisas mínimos possíveis.

No parágrafo 4.26, Wittgenstein prevê uma simetria completa entre a complexidade dos estados de coisas da realidade e a complexidade das proposições. Nessa relação simétrica entre linguagem e realidade prevista por Wittgenstein, não

haveria qualquer demanda de estados de coisas, por mais simples que fossem esses estados, que não pudesse ser descrita pela linguagem. A negação dessa simetria implicaria, mais uma vez, em enunciados absurdos, pois, dessa forma, ou a linguagem poderia significar uma complexidade maior do que os estados de coisas possíveis - o que seria o mesmo que dizer que uma parte do que é dito numa proposição extrapola as possibilidades da realidade; ou os estados de coisas possíveis poderiam ser mais complexos do que a linguagem – o que, como já vimos, seria fazer menção ao que não pode ser mencionado.

Essa compreensão das sentenças elementares nos permite concluir ainda que a reunião de todas as sentenças elementares verdadeiras e de todas as sentenças elementares falsas consistiria na completa descrição da realidade, pois reunidas todas as sentenças que descrevem eventos mínimos no mundo e as suas respectivas negações, o que se apresenta é uma completa descrição do que *é o caso* e do que *não é o caso, mas poderia ser*.

Nessa seção, vimos que o final da análise proposicional seria marcado pela presença das proposições elementares. Essas proposições seriam as representações de estados de coisas elementares, o que demarcaria uma simetria entre linguagem e realidade. Assim, uma proposição, tendo sentido, não poderia significar, nem mais, nem menos do que as possibilidades dadas pela realidade. Com essas explicações, examinamos apenas o que há de comum entre as proposições complexas e as proposições elementares. No entanto, ainda restaria a Wittgenstein esclarecer de que forma as proposições elementares podem ter o caráter bipolar, pois, nas proposições complexas a possibilidade de validação se daria pela disjunção de casos singulares contidos em sua estrutura lógica, e nas proposições elementares, devido à simplicidade da estrutura lógica, o processo de análise não seria aplicável. Na próxima seção tentaremos explicar como o filósofo lidou com essa questão.

1.4 - A estrutura da proposição elementar

Vimos na seção anterior que as proposições elementares descritas por Wittgenstein representariam os estados de coisas mais simples possíveis. Dessa forma, estrutura dessas proposições seria produto de uma simetria estabelecida entre a

multiplicidade lógica dessas proposições e a multiplicidade das possibilidades lógicas dadas pela realidade. Ao descrever os estados de coisas possíveis, as proposições elementares poderiam, assim como as proposições complexas, ser verdadeiras ou falsas. Ao afirmar que as sentenças elementares estariam dispostas ao final da análise proposicional, Wittgenstein deveria esclarecer ainda como as proposições elementares poderiam ter estrutura bipolar uma vez que não seria possível, como nas sentenças complexas, se deduzir delas disjunção de casos singulares. Nesta seção, veremos como Wittgenstein argumentou pela bipolaridade das proposições elementares.

Segundo Wittgenstein, toda proposição é essencialmente articulada. Essa articulação seria o tipo de relação estabelecida entre os constituintes lógicos da proposição. Por essa razão, dependendo do tipo de conexão apresentada em sua estrutura lógica, a proposição poderia ser verdadeira ou falsa. Além disso, a articulação lógica de uma sentença seria a sua própria significação, de modo que uma proposição só poderia descrever estados de coisas por ser articulada. Há um trecho nos *Notebooks* em que Wittgenstein comenta sobre a questão:

A proposição é uma representação de uma situação na medida em que é logicamente articulada. (Um sinal simples não articulado não pode ser verdadeiro nem falso). (WITTGENSTEIN, 1961, p.8).

Nesse trecho, Wittgenstein comenta sobre a relação entre a articulação proposicional e a descrição dos estados de coisas. Essa articulação se daria de modo a permitir que a proposição descrevesse tanto um estado de coisas que ocorre quanto um estado de coisas que não ocorre. Dessa forma, uma proposição seria verdadeira se a relação entre seus constituintes lógicos estivesse de acordo com as relações estabelecidas entre os estados de coisas no mundo. Em contrapartida, no caso de uma proposição falsa, as relações mantidas entre os estados de coisas que ocorrem não corresponderiam ao tipo de articulação dado na proposição. A articulação mantida nas proposições falsas estabeleceria uma relação lógica possível entre variáveis, de modo a representar estados de coisas possíveis que não são o caso.

Como vimos, Wittgenstein considera que as proposições complexas são articuladas por proposições mais simples. Porém, quanto às proposições elementares, por terem a estrutura lógica mais simples possível, elas não poderiam ser compostas de outras proposições subjacentes. Vejamos como Wittgenstein abordou essa questão:

De uma proposição elementar nenhuma outra pode ser deduzida. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 92, § 5.134).

De modo algum é possível inferir da subsistência de uma situação qualquer subsistência de uma situação inteiramente diferente dela. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 92, § 5.135).

Por essa razão, Wittgenstein propõe que a articulação dessas proposições deveria ser de um tipo essencialmente diferente da articulação das proposições complexas. No § 4.22, o filósofo discorre sobre o assunto. Vejamos abaixo:

A proposição elementar é constituída de nomes. É uma conexão, um encadeamento de nomes. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 82, § 4.22).

De acordo com essa passagem, a representação dos estados de coisas elementares seria o resultado de uma concatenação entre “nomes”. Pelo que sugere essa passagem, esses nomes seriam uma partícula proposicional simples, o que os distinguiria de uma proposição propriamente dita, pois a proposição elementar, sendo o nível de proposição menos complexa apresentada na análise, não poderia ser constituída por outras proposições. Dessa forma, seria em virtude desses nomes que o conteúdo asserido pelas proposições elementares poderia variar entre “verdadeiro” e “falso”. Somente a concatenação entre esses sinais poderia, então, conferir o caráter bipolar à descrição de um estado de coisas elementar.

No trecho a seguir, encontramos mais uma importante descrição de Wittgenstein sobre os nomes:

Os nomes são os símbolos mais simples, indico-os por letras singulares (“x”, “y”, “z”).
Escrevo as proposições elementares como função dos nomes, com a seguinte forma: “ f_x ”, “ $\phi(x, y)$ ”, etc.
Ou indico-as por meio das letras p, q, r . (WITTGENSTEIN, 1968, p. 82, § 4.24).

Os nomes, signos simples exemplificados por Wittgenstein nessas passagens, seriam os constituintes das proposições elementares. Dessa forma, os estados de coisas mais simples possíveis seriam representados pelo tipo de concatenação entre essas variáveis. Ao dizer que a estrutura lógica das proposições elementares poderia ser da forma “ $\phi(x, y)$ ”, Wittgenstein estaria dizendo que a representação dos estados de coisas elementares seria dada pelas relações estabelecidas entre esses signos. Isso significa que

a conexão entre esses signos estabeleceria as diretrizes lógicas elementares para representar o evento mais simples possível. Assim, se tomarmos uma proposição elementar como descrevendo a condição de um objeto físico, então a estrutura lógica dessa proposição deveria, a partir dos nomes, estabelecer as funções espaciais, temporais e materiais referentes ao estado do objeto a ser descrito. Compreendendo dessa forma, os signos simples exemplificados por Wittgenstein seriam variáveis que, relacionadas entre si, constituiriam funções espaciais, temporais e materiais, representando estados de coisas mais simples possíveis. Desse modo, para que proposição elementar fosse verdadeira, essas variáveis deveriam estar em pleno acordo com a disposição dos estados de coisas descritos. Do contrário, se ao menos uma das relações mantidas entre os nomes não estivesse de acordo com a estrutura do estado de coisas que ocorre, a proposição elementar seria falsa.

Segundo as descrições de Wittgenstein, os nomes seriam a parte última da estrutura lógica das proposições. A inscrição lógica mais simples pertencente a uma proposição. Em decorrência disso, não faria sentido postular qualquer partícula que lhes fosse constituinte. Na passagem a seguir, Wittgenstein comenta as relações mantidas entre os nomes, distinguindo o tipo de articulação entre esses signos simples da articulação presente nas proposições complexas:

Cada signo definido designa *por sobre* os signos pelos quais é definido, e as definições mostram o caminho.

Dois signos, um signo primitivo e outro definido por signos primitivos, não podem designar pela mesma maneira. Nomes *não podem* ser decompostos por definições. (Nenhum signo isolado e autônomo possui denotação). (WITTGENSTEIN, 1968, p. 64, § 3.26).

A proposição elementar, sendo a articulação lógica mais simples possível, representaria os estados de coisas elementares. A complexidade mínima dessas proposições seria, então, o resultado da articulação de nomes. Dessa forma, a relação entre as proposições elementares e os seus sinais constituintes seria de significação. Isso quer dizer que as relações entre os signos simples, constituindo funções dos estados de coisas elementares, seriam propriamente o significado da proposição elementar. Assim, como observa Wittgenstein, os nomes não teriam qualquer significação subjacente, mas a relação mantida entre eles é que seria a fonte de significado da proposição elementar. Essa descrição demarca uma importante distinção entre o tipo de articulação das proposições complexas e a articulação das proposições elementares. No caso das

proposições complexas, sua articulação consiste na relação entre proposições menos complexas. Porém, com respeito às proposições elementares, sua articulação não consiste em outras proposições, mas em funções de variáveis as quais, tomadas isoladamente, não são capazes de descrever situação alguma.

A caracterização dos nomes como constituintes e fornecedores de significado das proposições elementares permitiu a Wittgenstein, ao mesmo tempo, assegurar a bipolaridade das proposições mais simples e demarcar o final da análise proposicional. Ao estabelecer tais relações, o filósofo teria descrito a metodologia e os instrumentos lógicos necessários para se traduzir o sentido de uma proposição complexa em proposições simples impedindo que essa tradução se estendesse infinitamente. Com essa descrição, estaria instaurada a possibilidade *a priori* de se exibir as condições de verdade de qualquer proposição, o que daria a Wittgenstein motivos suficientes para dar por demonstrada sua tese sobre sentido proposicional. Na próxima seção, comentaremos a tese do sentido proposicional proposta no *Tractatus* a partir da oposição entre a generalidade e a singularidade das proposições.

1.5 - “Singularidade” e “generalidade” nas proposições

Como vimos nas seções anteriores, iniciada nos *Notebooks* e desenvolvida no *Tractatus*, a tese de Wittgenstein sobre o sentido proposicional consistia em instaurar a possibilidade de plena determinação das condições de verdade das proposições. Com essa tese, o filósofo propunha que uma proposição, mesmo descrevendo um estado de coisas de forma geral, poderia ter suas condições de verdade exibidas em casos singulares. Contudo, a possibilidade de exibição das condições de verdade das proposições seria o resultado da articulação *lógica* da proposição. Dessa forma, Wittgenstein defendeu que uma proposição, expressa em qualquer idioma, em qualquer gramática possível, deveria poder ser expressa na linguagem da lógica para ter seu sentido plenamente explicitado. Com essa proposta, Wittgenstein estava pregando que o sentido proposicional estaria condicionado à possibilidade de expressão na linguagem da lógica, a qual desempenharia o papel de uma “super linguagem” capaz de formalizar de modo universal o conteúdo proposicional de qualquer língua.

Ao considerar a estrutura das proposições dessa forma, Wittgenstein pôde afirmar que, mesmo sendo gramaticalmente simples, os enunciados como “Chove!” seriam constituídos por uma complexa articulação lógica. A articulação da proposição “Chove!” consistiria na descrição de todas as circunstâncias nas quais a ocorrência de chuva poderia ser considerada verdadeira. Isso incluiria descrições altamente complexas de todos os formatos possíveis de gotas de chuva, seus ângulos de caimento etc. Todas essas múltiplas possibilidades deveriam estar preestabelecidas na estrutura lógica da proposição para que, em qualquer circunstância, a frase “Chove” pudesse ser compreendida e julgada como verdadeira ou falsa. Assim, essa imensa e complexa descrição dos componentes lógicos da proposição “Chove!”, por mais exaustiva que fosse, deveria permanecer como condição de possibilidade para a instauração de seu sentido.

A partir disso, Wittgenstein estabelece que, mesmo que uma pessoa normal, ao entender a frase “Chove”, não esteja consciente e nem se preocupe em descrever todas essas complexas condições de verdade, tais condições deveriam estar disponíveis no domínio da lógica. Isso significa que o sentido do enunciado “Chove”, não tomado como a compreensão de uma pessoa em particular, mas tomado como a compreensão mais completa possível, abarcaria *todas* as descrições relativas às situações nas quais o enunciado seria validado. Dessa forma, a determinação lógica do sentido proposicional teria sido pensada por Wittgenstein como um princípio que estaria além de qualquer adversidade psicológica ou científica. Com o estabelecimento desse princípio, Wittgenstein pretendia instaurar a possibilidade de se traduzir o conteúdo das proposições gerais em proposições que descrevessem casos singulares.

Para fundamentar sua tese sobre o sentido das proposições, Wittgenstein descreveu o processo de análise lógico-proposicional, no qual proposições singulares seriam derivadas logicamente de proposições gerais. Dessa forma, a partir de uma proposição geral seria possível se fazer uma série de deduções acerca dos casos mais simples que seriam logicamente dependentes da proposição mais geral. Nesse processo, as novas proposições deduzidas dos casos gerais apresentariam uma articulação cada vez mais simples. A progressão dessas deduções deveria revelar as proposições elementares. Essas proposições, por sua vez, apresentando o tipo mais simples de articulação, seriam constituídas por nomes - variáveis que ao serem relacionadas seriam

capazes de representar os dados mínimos para a representação de um estado de coisas elementar.

Para Wittgenstein, a descrição do processo de análise até sua fase final teria sido propriamente a fundamentação de sua tese sobre o sentido proposicional. Com esse processo de derivação lógica, terminado nas sentenças elementares e sustentado pelos nomes, o autor do *Tractatus* teria fornecido os meios e as ferramentas para pensar o sentido proposicional como condicionado pela possibilidade de se exibir suas condições de verdade. A consequência lógica dessa tese seria, então, que o sentido de qualquer proposição geral consistiria na possibilidade de exibição dos casos singulares contidos em sua estrutura lógica, de modo que toda proposição geral, tendo sentido, deveria, *a priori*, ser passível de análise.

Após determinar os limites da linguagem no final do *Tractatus*, Wittgenstein acreditou ter solucionado todos os problemas filosóficos de todos os tempos. A solução oferecida por Wittgenstein no *Tractatus* consistiria em sistematizar a linguagem de modo a separar os problemas da filosofia em dois tipos: os problemas passíveis de solução em virtude do esclarecimento do sentido das proposições e os pseudoproblemas que, diante da elucidação da linguagem, se mostrariam como questões absurdas (*Tractatus*, § 6.53). Caracterizando as questões da filosofia dessa forma, Wittgenstein diz, no § 6.54, que suas próprias descrições sobre a linguagem, as quais lhe permitiram tal caracterização do pensamento filosófico, seriam absurdas. Segundo o filósofo, esses absurdos teriam lhes sido úteis enquanto o permitiram argumentar, a partir do método filosófico, que os próprios enunciados da filosofia seriam desprovidos de sentido. Como consequência dessa conclusão, Wittgenstein decidiu abandonar a atividade filosófica. No período em que esteve distante da filosofia, provavelmente entre 1920-1928, Ludwig trabalhou como professor do ensino primário em escolas de pequenos vilarejos nos arredores da Áustria. Porém, ainda que afastado da atividade filosófica, Wittgenstein correspondia-se ocasionalmente com seu professor Russel e alguns colegas. Por força dessas conversas, Wittgenstein fora convencido a voltar à Cambridge e prosseguir em sua vida acadêmica. No próximo capítulo, veremos como Wittgenstein, em 1929, deu continuidade ao seu trabalho filosófico e como suas novas ideias incidiram sobre a tese tractariana do sentido proposicional.

Capítulo 2 - O nascimento de uma nova linguagem

O segundo capítulo de nossa dissertação será dividido em duas partes. Na primeira parte, apresentaremos as observações feitas por Wittgenstein em seu artigo *Some Remarks on Logical Form*, publicado em 1929, logo após seu regresso à Cambridge. Ao examinar esse artigo, veremos que Wittgenstein definira claramente, como não fizera no *Tractatus*, os estados de coisas elementares como fenômenos. A partir dessas considerações feitas Wittgenstein, tentaremos explicar quais as consequências dessa caracterização categórica dos estados de coisas sobre as proposições elementares. Ao final dessa etapa, investigaremos como essas novas descrições incidiram sobre a ideia de “sentido proposicional” em 1929. Na segunda parte deste capítulo, analisaremos alguns dos aspectos mais relevantes da grande mutação na noção de “sentido proposicional” que teria ocorrido no pensamento de Wittgenstein em 1930. Nessa etapa, veremos que o ponto crítico dessa mutação teria sido o abandono da ideia de “análise proposicional” e a construção de uma nova concepção que distinguiria dois tipos de linguagem presentes nas proposições. Analisando as relações prescritas por Wittgenstein entre essas duas linguagens, poderemos comentar, brevemente, os traços gerais da filosofia que, a partir de 1930, teria rejeitado a tese da “completa determinação do sentido” proposta no *Tractatus*.

2.1 - Os fenômenos ao final da análise

Em junho de 1929, Wittgenstein publica o artigo *Some Remarks on Logical Form*, sua primeira publicação após seu regresso à Cambridge. Nesse artigo, a argumentação de Wittgenstein se mostra muito próxima aos propósitos do *Tractatus*. Algumas definições, porém, são mais explícitas nesse artigo do que em seu primeiro livro. No *Tractatus*, por exemplo, não fica claro se os estados de coisas elementares são objetos físicos ou fenômenos. Contudo, no artigo de 1929, Wittgenstein diz expressamente que os estados de coisas elementares são *fenômenos*. Partindo dessa definição, o filósofo se propõe a descrever o modo de representação das proposições elementares. Ao curso dessas descrições, a análise lógico-proposicional passa a ser

considerada por Wittgenstein como o procedimento no qual uma proposição ordinária seria decomposta em proposições de articulação mais simples até que, ao final desse processo, os dados perceptuais, isto é, os fenômenos se encontrariam representados nas proposições elementares. Assim, a função da análise proposicional seria a de explicitar a forma lógica da proposição complexa com base na descrição de fenômenos. Vejamos esse trecho:

Agora nós podemos apenas substituir um simbolismo claro pelo impreciso para inspecionar o fenômeno que nós queremos descrever, tentando então entender a sua multiplicidade lógica. Isso quer dizer, nós só podemos chegar a uma análise correta pela, como pode ser chamada, investigação lógica dos fenômenos em si mesmos, i.e., em um certo sentido a posteriori, e não especulando sobre possibilidades a priori. (WITTGENSTEIN, 1993, p. 30).

Nessa passagem, Wittgenstein afirma que a análise proposicional seria a descrição completa dos fenômenos. Dessa forma, a análise proposicional passa a ser concebida como o processo no qual as descrições da linguagem ordinária seriam traduzidas em uma linguagem fenomênica. No processo de tradução das proposições ordinárias para as proposições fenomênicas, a estrutura do fenômeno seria descrita. Assim, de acordo com Wittgenstein, cada descrição ordinária de um estado de coisas poderia ser investigada a ponto de revelar a estrutura do fenômeno. Revelando a multiplicidade da estrutura do fenômeno, a análise não seria apenas uma postulação *a priori* dos estados elementares de coisas possíveis, mas contaria com a descrição feita a partir da própria experiência do fenômeno.

A partir dessas afirmações, Wittgenstein estaria tratando a análise proposicional como a exibição das representações fenomênicas contidas na estrutura lógica das proposições. Assim, uma proposição teria sentido por apresentar uma descrição de fenômenos possíveis em sua estrutura lógica. Com essa conclusão, Wittgenstein estaria reelaborando a tese tractariana da bipolaridade do sentido proposicional num sistema em que o fenômeno seria seu fundamento. Nesse novo sistema, uma proposição verdadeira seria uma representação de um fenômeno, enquanto uma proposição falsa seria apenas a representação de um fenômeno possível que não ocorre.

No entanto, essas descrições seriam feitas por uma linguagem bem diferente da linguagem ordinária. Na representação fenomênica haveria uma série de recursos lógicos específicos para a descrição da experiência imediata. Na citação a seguir,

Wittgenstein comenta as diferenças entre a linguagem ordinária e a linguagem fenomênica:

Se, agora, tentarmos obter uma análise atual, nós encontraremos formas lógicas as quais têm uma semelhança muito pequena com as normas da linguagem ordinária. Nós nos depararemos com formas de espaço e tempo com toda a multiplicidade de objetos espaciais e temporais, cores, sons, etc., etc., com suas gradações, transições contínuas, e combinações em várias proposições, todas das quais não podemos mensurar pelo nosso significado ordinário de expressão. (WITTGENSTEIN, 1993, p. 31).

Nessa passagem, Wittgenstein acusa diferenças cruciais entre as proposições ordinárias e fenomênicas. Assim, apesar de estarem contidas na estrutura lógica das expressões ordinárias, as proposições fenomênicas seriam constituídas por elementos bem distintos da proposição geral. O filósofo procura evidenciar essas diferenças entre dois modos de expressão mencionando que as expressões ordinárias contariam com uma generalidade em sua formulação. A linguagem ordinária seria caracterizada por descrever os estados de coisas de forma geral, sem qualquer cuidado com detalhes na sua representação. Em contrapartida, a linguagem fenomênica, constituindo a estrutura lógica das proposições gerais, descreveria o fenômeno representando sua multiplicidade exata.

Segundo Wittgenstein, as expressões ordinárias descreveriam estados de coisas de *forma geral*. Com essa caracterização da linguagem corrente, o filósofo ressalta que a estrutura sintática das expressões ordinárias não comportaria a multiplicidade adequada para se descrever os fenômenos. Em razão disso, os relatos ordinários de ocorrência seriam sempre *parciais, aproximados*. Contudo, ao serem analisadas, as proposições ordinárias deveriam apresentar em sua estrutura lógica uma descrição *completa* dos dados perceptuais. Assim, no caso de um fenômeno visual, as proposições elementares deveriam representar *exatamente* os tons de cores, formas, localização das partes da imagem etc. A fim de representar precisamente a estrutura do fenômeno, a linguagem fenomênica seria constituída por um sistema bem diferente das expressões ordinárias. Na passagem a seguir, o filósofo afirma que as proposições elementares deveriam contar com números em sua estrutura:

E aqui eu desejo fazer minha primeira observação definida sobre a análise lógica do fenômeno atual: que é esta, seus números de representação (racionais ou irracionais) devem estar contidos na estrutura atômica das proposições. (WITTGENSTEIN, 1993, p. 31).

De acordo com esse escrito de Wittgenstein, a função dos números contidos nas proposições elementares seria a de fornecer elementos suficientes para a descrição exata dos fenômenos. Tendo os números como base, as proposições elementares apresentariam uma multiplicidade suficiente para descrever tanto os fenômenos mais simples, quanto os mais complexos. No caso da descrição de uma ocorrência no campo visual, a proposição elementar descreveria a parte elementar do campo visual, isto é, as menores formas visíveis. Aplicados dessa forma, os números contidos na estrutura da proposição elementar representariam a disposição da estrutura do fenômeno.

Na citação seguinte, Wittgenstein descreve um exemplo de como essas representações poderiam descrever fenômenos visuais:

Devo ilustrar isso por um exemplo. Imagine um sistema de eixos retangulares, como se fossem fios transversais, desenhados no nosso campo de visão e fixados em uma escala arbitrária. É claro que então nós podemos descrever a forma e posição de cada marca de cor no nosso campo visual por meio do estabelecimento de números os quais tem o seu significado relativo ao sistema de coordenadas e a unidade escolhida. Novamente, é claro que essa descrição terá a multiplicidade lógica exata, e que a descrição que teve uma multiplicidade menor não terá. Um exemplo simples poderia ser a representação de uma mancha P pela expressão "[6-9, 3,8]" e a proposição sobre ela, e.g., P é vermelho, pelo símbolo "[6-9, 3-8]R", seja "R" um termo ainda não analisado ("6-9" e "3-8" referem-se ao intervalo contínuo entre os números respectivos). O sistema de coordenadas é, aqui, parte do modo de expressão; é parte do método de projeção pelo qual a realidade é projetada em nosso simbolismo. (WITTGENSTEIN, 1993, p. 31).

Nesse exemplo, o filósofo propõe que pensemos num sistema de linhas cruzadas ortogonalmente. Ao longo desses eixos, os números estariam dispostos em ordem crescente e num sistema arbitrário de unidade. O cruzamento de valores numéricos estabelecidos dos eixos ortogonais indicaria um ponto no sistema. A partir dos pontos indicados, seria possível estabelecer as formas e a localização das imagens no campo visual. Por meio desse exemplo, Wittgenstein conclui que, diferentemente das sentenças ordinárias, as proposições construídas nesse sistema representariam com *exatidão* qualquer fenômeno possível, pois a infinidade da escala disposta nos eixos e as possibilidades de combinação entre os valores fixados permitiriam a descrição exata das ocorrências mais sutis.

Diante do sistema de representação apresentado no artigo *Some Remarks on Logical Form*, a tese tractariana sobre o sentido proposicional viria a adquirir um novo

caráter. Levando-se em conta as novas descrições de Wittgenstein, o sentido de uma proposição seria dado pela possibilidade de sua estrutura lógica representar os estados de coisas possíveis como fenômenos. Assim, ainda que a forma ordinária das expressões descreva os estados de coisas de modo impreciso, sua estrutura lógica deveria conter um sistema que viabilizasse a representação exata desses estados de coisas enquanto fenômenos. Com essa conclusão, podemos dar por encerrada a primeira parte do segundo capítulo desta dissertação.

A partir das considerações feitas nesse artigo, Wittgenstein passou a considerar fortemente a influência do fenômeno em suas investigações sobre o sentido proposicional. Após a publicação desse artigo, o filósofo seguiu um curso de investigações que culminaria no surpreendente abandono das principais teses descritas no *Tractatus* e no artigo de 1929. Na próxima seção, procuraremos descrever os principais aspectos dessa mutação no pensamento de Wittgenstein no ano de 1930.

2.2 - A superação da análise proposicional pelo esclarecimento gramatical

Após a confecção do artigo que demarcaria sua volta a Cambridge, Wittgenstein desenvolveu uma série de escritos que, espantosamente, se voltariam contra as mais importantes teses apresentados no *Tractatus*. Esses novos escritos - *Philosophical Remarks*, como foram intitulados, teriam sido produzidos no curto intervalo dos anos de 1929 e 1930 e apresentariam profundas críticas a ideia de “análise lógico-proposicional”, tese central e característica da proposta filosófica do *Tractatus*, dando início, assim, a uma nova etapa na filosofia de Wittgenstein. Dedicaremos grande parte do terceiro capítulo desta dissertação para explicar algumas das razões que conduziram o pensamento de Wittgenstein a essa grande mutação. Nesta seção, nos apenas ocuparemos de tentar explicar, em linhas gerais, como o filósofo passou a considerar o sentido das proposições.

Já no primeiro capítulo das *Philosophical Remarks*, o filósofo afirma a consolidação dessas impressionantes mudanças em seu pensamento. No trecho que citaremos a seguir, Wittgenstein deixa claro o completo abandono da ideia de “análise

lógico-proposicional”, defendendo o que chamou de “completo esclarecimento” em vez da análise proposicional nos moldes do *Tractatus*. Vejamos esse trecho:

Uma proposição é completamente analisada em termos lógicos se sua gramática é completamente esclarecida: não importa em que idioma possa estar escrita ou expressa. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 51, Aforismo 1, § 1).

Com essa frase, Wittgenstein estaria decretando o abandono da ideia de análise proposicional proposta no *Tractatus*. Desse momento em diante, adverte o filósofo, se em algum sentido fosse viável uma análise das proposições, essa análise não seria mais executada pela lógica, mas poderia ser feita em qualquer língua natural. Isso significa que a lógica não mais desempenharia o papel privilegiado de traduzir o conteúdo proposicional das línguas ordinárias para uma enunciação universal. Com o abandono do procedimento de análise, as teses do *Tractatus*, como um todo, estariam sendo drasticamente arruinadas.

Ainda examinando o primeiro capítulo das *Philosophical Remarks*, podemos ler as seguintes afirmações de Wittgenstein:

Agora já não tenho como objetivo a linguagem fenomenológica, ou a linguagem primária, como costumava chamá-la. Não mais a considero necessária. Tudo o que é possível e necessário é separar o que é essencial do que não é essencial em nossa linguagem. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 51, Aforismo 1, § 2).

Nessa passagem, Wittgenstein confessa já não pensar mais em uma linguagem fenomenológica, como pensara em 1929. Com essas declarações, a ideia de uma linguagem logicamente articulada capaz de descrever os fenômenos, tão importante para a tese tractariana do sentido proposicional, estaria sendo considerada absurda. No trecho citado acima, Wittgenstein afirma que o único meio possível, e ainda necessário, de se esclarecer o sentido das proposições seria a separação do que “é essencial” do que “não é essencial” na linguagem comum.

Há outro trecho nesse capítulo na qual Wittgenstein se refere a essa separação entre o essencial e não é essencial na linguagem:

A física difere da fenomenologia pelo fato de estar interessada em estabelecer regras. A fenomenologia só estabelece possibilidades. Assim, a fenomenologia seria a gramática da descrição dos fatos sobre os quais a

física constrói suas teorias. Explicar é mais do que descrever, mas toda explicação contém uma descrição. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 51, Aforismo 1, § 6).

Aqui, Wittgenstein distingue os modos de representação de estados de coisas da *física* e da *fenomenologia*. Nessa distinção, as representações da física buscariam estabelecer “regras¹”, isto é, teorias para explicar o que ocorre no mundo. Quanto às representações fenomenológicas, elas apenas descreveriam o campo perceptual sem construir qualquer hipótese sobre tais descrições. Ao demarcar que “explicar é mais do que descrever” e que “toda explicação contém uma descrição”, Wittgenstein estabelece uma relação unívoca entre o sentido das expressões da física e da fenomenologia. Nessa relação de dependência unilateral, por um lado, as descrições de fenômenos *não* exigiriam qualquer explicação ou hipótese para representar as possibilidades do campo fenomênico; por outro lado, as explicações da física, ainda que sejam estruturadas por hipóteses, *deveriam* conter descrições de fenômenos para serem verificadas.

O processo de separação entre o “essencial” e o “não essencial” na linguagem, proposto por Wittgenstein, consistiria em distinguir o conteúdo meramente *descritivo* do conteúdo *explicativo* presente nas proposições. Esses dois tipos de proposições apresentariam sentido de maneiras diferentes. No caso das proposições fenomênicas, sendo de caráter descritivo, seu sentido seria dado pelas possibilidades de ocorrências no campo perceptual. Já, no caso das proposições de caráter explicativo, seu sentido seria dado pela possibilidade de verificação dos fenômenos contidos nas teorias sobre os eventos físicos.

Em sua nova filosofia, Wittgenstein passou a considerar absurda a ideia de completa determinação do sentido por meio da análise proposicional. Em lugar de uma linguagem que descrevesse *completamente* os fenômenos, o filósofo passou a defender o que chamou de “esclarecimento gramatical” como uma forma de evitar a construção de absurdos na linguagem. Dessa forma, o sentido proposicional não estaria mais sendo compreendido como *completamente determinável por uma análise lógica* (como fora no *Tractatus* e em *Some Remarks on Logical Form*), mas, sim, como o resultado de um tipo de *proteção contra a construção de absurdos*. Na seção a seguir, examinaremos a caracterização dos modos de representação proposicional propostos por Wittgenstein.

¹ Nesse caso, entendemos o uso do termo “regras” como “leis da natureza”.

2.3 - O sentido proposicional e os modos de representação nas

Philosophical Remarks

Na seção anterior, vimos que, nas *Philosophical Remarks*, Wittgenstein teria abandonado a ideia de “análise lógico-proposicional” proposta no *Tractatus*. Em sua nova filosofia, Wittgenstein não pretendia mais determinar completamente o sentido das proposições, mas apenas distinguir os modos de representação presentes nas proposições, de modo a evitar a construção de sentenças absurdas. Nesta seção, investigaremos um pouco mais a fundo em que consistiria o sentido dos modos de representação proposicional descritos pelo filósofo.

Nas *Philosophical Remarks*, Wittgenstein procura distinguir dois modos de representação contidos nas proposições. Essa distinção teria sido marcada por frases como esta:

Isto que temos por certo, a vida, é considerado acidental, secundário, ao passo que algo que normalmente nunca me vem à cabeça é considerado realidade! (WITTGENSTEIN, 1975, p. 80, Aforismo 47, § 4).

Nesse trecho, Wittgenstein descreve dois aspectos básicos da representação. A surpresa na distinção de Wittgenstein é que as representações mais comuns, nas quais o mundo seria considerado em seu aspecto físico, isto é, constituído por objetos com propriedades e regidos pelas leis da física, seria considerado como “acidental” ou “secundário”. O que o filósofo caracteriza como “realidade”, em contrapartida, diria respeito a outro modo de representação, modo este bem longe das conjecturas ordinárias sobre o mundo como objeto físico.

Com essa afirmação, Wittgenstein estaria procurando distinguir as representações dos estados de coisas no sentido da física das representações no sentido fenomenológico. As representações da física seriam caracterizadas pela presença de construções teóricas, descrevendo relações e objetos para além dos dados dos sentidos. Em contrapartida, as representações de fenômenos se restringiriam a descrever o que ocorre no campo perceptual, relatando apenas os dados dos sentidos.

Ao dizer que os estados de coisas explicados pela linguagem da física são “acidentais”, “secundários”, Wittgenstein enfatiza o caráter hipotético desse tipo de

representação. Dessa forma, apesar de constantemente envolverem descrições de fenômenos, as descrições da física fariam menção a elementos que estão para além dos dados dos sentidos. A verificação das proposições da física seria sempre parcial, de modo que, ao constatar uma parte da representação, a outra parte permaneceria como *resíduo hipotético inelutável*. Nesse tipo de representação, estariam incluídas as noções de “tempo”, “espaço tridimensional”, “objeto físico” (contendo propriedades como peso, massa, átomos etc...), dentre outras. Segundo as descrições oferecidas por Wittgenstein, as representações de estados de coisas que contivessem essas noções pertenceriam ao modo secundário de representação.

A seguir, desenvolveremos algumas subseções, nas quais examinaremos as considerações de Wittgenstein sobre as representações de estados de coisas que mencionamos acima: “tempo”, “espaço tridimensional” e “objeto físico”. Em particular, na subseção que se segue, abordaremos as descrições do filósofo sobre as representações temporais, na qual os termos que envolvem “memória” e “expectativa” seriam hipóteses responsáveis pela construção da noção fisicalista de tempo.

2.3.1 - A hipótese do tempo

Para Wittgenstein, as descrições de estados de coisas a partir de termos temporais, como “agora”, “antes”, “depois” etc., seriam peculiares às representações fisicalistas. Nesse tipo de descrição, as *memórias* e as *expectativas* seriam hipóteses vinculadas aos dados fenomênicos, possibilitando a descrição de estados de coisas para além dos dados dos sentidos. No caso das descrições que envolvessem memória, por exemplo, os dados dos sentidos seriam interpretados como representações de que “algo ocorreu” ou “algo ainda ocorre”. Dessa forma, qualquer descrição que mencionasse a ocorrência de estados de coisas *passados* ou *permanentes* seria formada a partir das hipóteses mnemônicas.

Nessas descrições hipotéticas, os dados dos sentidos seriam interpretados de modo a viabilizar descrições de estados de coisas extrínsecos aos fenômenos. O cunho hipotético dessas representações seria dado pela impossibilidade de se verificar nos dados dos sentidos o conteúdo asserido pelas memórias e expectativas. Por serem

hipotéticas, essas descrições teriam apenas uma parte de seu conteúdo verificada, e essa verificação seria, o próprio fenômeno.

No trecho a seguir, Wittgenstein discorre sobre o caráter conjectural da noção de “tempo”:

Talvez toda a dificuldade advenha da transferência do conceito de tempo do tempo da física para o transcorrer da experiência imediata. Trata-se de uma confusão entre o tempo da fita do filme e o tempo da imagem projetada. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 81, aforismo 49, § 1).

Nessa passagem, Wittgenstein ressalta o modo secundário de representação fazendo uma comparação entre a noção de “tempo” e a projeção de um filme sobre uma tela de cinema. Na projeção do filme, as imagens apareceriam quadro a quadro na tela do cinema, de modo que, tão logo uma imagem fosse projetada, seria substituída por outra. Segundo Wittgenstein, haveria dois modos de se representar um filme exibido. Em um desses modos, considerando-se exclusivamente a perspectiva da tela, não haveria nenhum dado sobre os fotogramas já projetados ou a serem exibidos, o que inviabilizaria a descrição de tais fotogramas. Nesse modo de representação, apenas o fotograma projetado na tela poderia ser descrito.

Em compensação, no segundo modo de representação, seria possível considerar que o filme projetado na tela consistiria numa fita contínua, na qual estariam contidos os fotogramas já exibidos, o presentemente projetado na tela e os que viriam a ser projetados. Devido a essas características, nesse segundo modo de representação, seria possível considerar, hipoteticamente, que as imagens apresentadas na tela consistiriam numa sequência de fotogramas de uma fita, ainda que tal fita não fosse, sequer, vista como um todo. Dessa forma, a constituição dessa hipótese viabilizaria a descrição de um encadeamento temporal entre os fotogramas apresentados.

Na ilustração de Wittgenstein, o primeiro tipo de representação, descrevendo apenas o conteúdo apresentado na tela, estaria sendo comparado à representação fenomenológica na qual não estariam disponíveis dados do passado ou do futuro, mas apenas o dado atual. Sendo exclusivamente de caráter sensorial, os dados disponíveis no campo fenomênico não contariam com qualquer construção hipotética sobre as percepções tidas anteriormente, como no caso da memória, ou sobre dados perceptuais de um porvir, no caso da expectativa.

Já no segundo modo de representação ilustrado por Wittgenstein, a noção de que o filme não consistiria apenas no que é apresentado na tela, mas em um rolo no qual o filme inteiro estaria inscrito, estaria sendo comparada à noção de “tempo” da física. Para que fosse empregada, essa noção de “tempo” exigiria a construção de hipóteses sobre dados não contidos nos fenômenos e, assim como na metáfora do projetor, recorreria às memórias e às expectativas para mencionar os fatos temporais, em uma cadência que seguiria do passado para o futuro, passando pelo presente e constituindo um nexos temporal.

Na passagem seguinte, Wittgenstein enfatiza o contraste entre as representações da física e da fenomenologia:

Bem, conflita com todos os conceitos de tempo físico que eu devesse sentir o passado, o que mais uma vez não parece significar nada além de que o conceito de tempo no primeiro sistema tem de ser radicalmente diferente daquele do da física. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 82, aforismo 50, § 3).

Aqui, Wittgenstein ressalta que a noção de “passado” pertenceria ao sistema de representações da física. Dessa forma, somente a hipótese da memória possibilitaria a representação de estados de coisas *anteriores* à experiência atual. Em oposição aos relatos mnemônicos, as descrições fenomenológicas seriam restritas aos dados atuais do campo perceptual, o que teria como consequência a suspensão da noção de “tempo”. Wittgenstein adverte que descrever o passado como fenômeno, seria confundir os dois modos de representação - físico e fenomenológico.

Quanto à expectativa, Wittgenstein a caracteriza como “o dirigir da atenção” para um evento que *ainda* não ocorreu. O filósofo observa que, assim como as hipóteses da memória, as representações da expectativa *não* manteriam qualquer vínculo *necessário* com o fenômeno. Dessa forma, as descrições da expectativa seriam completamente contingentes. Vejamos as observações de Wittgenstein sobre esse tema:

Quando esperamos [temos uma expectativa], a parte que corresponde a procurar em um espaço é o dirigir da atenção.

Certamente, o estranho quanto à expectativa é que sabemos que é uma *expectativa*. Pois não poderíamos, por exemplo, imaginar a seguinte situação: tenho uma representação qualquer diante de mim e digo: “Ora, não sei se é uma expectativa ou uma recordação, ou uma representação sem qualquer vínculo com a realidade”.

E isso é o que mostra que a expectativa está imediatamente ligada à realidade. [...].

Seria possível dizer: Não se pode descrever uma expectativa a menos que se possa descrever a realidade presente; ou não se pode descrever uma expectativa a menos que se possa dar uma descrição na qual se compare a expectativa com o presente, uma descrição com a forma: Vejo *agora* um círculo vermelho *aqui* e espero ver um quadrado azul *mais tarde ali*.

Em outras palavras, o padrão [de medição] da linguagem tem de ser aplicado ao ponto que temos diante de nós e depois de apontar além dele – grosso modo, na direção da expectativa. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 71, aforismo 35).

De acordo com essa descrição de Wittgenstein, ter uma expectativa seria procurar algo que estaria por vir. “Procurar algo”, aqui, seria descrever o que deveria acontecer a partir do momento presente. O vínculo entre expectativa e realidade, descrito na passagem acima, seria a relação entre as representações de um evento presente e de um evento futuro. Wittgenstein ainda observa que não faria sentido confundir uma expectativa com uma memória. Para o filósofo, ainda que contenha representações de eventos já ocorridos ou mesmo, presentes, as representações da expectativa também envolveriam eventos que ainda estariam por vir. Assim, “esperar que x ocorra” seria ter em conta que “ou x não ocorre num primeiro instante, mas deveria ocorrer no instante subsequente, ou, ainda que x ocorra num primeiro instante, x deveria continuar ocorrendo no instante ulterior”.

Contudo, qualquer que seja o caso, o vínculo das expectativas com a realidade seria meramente hipotético, pois, enquanto se representa um evento futuro, percebe-se apenas o presente. Dessa maneira, a confirmação ou a negação da expectativa pela experiência converteria qualquer descrição do futuro em uma descrição do presente.

Além disso, segundo Wittgenstein, dizer que a experiência fenomenológica ocorre num tempo *presente* seria um absurdo - fruto da confusão entre as representações do fenômeno e da física. O filósofo observa que a representação de uma experiência presente, no sentido da física, somente faz sentido quando porque se opõe às experiências passadas ou, até mesmo, às futuras. A representação dos fenômenos por sua vez suspenderia qualquer hipótese sobre percepções anteriores ou posteriores, atendo-se apenas aos dados atuais. Por essa razão seria *absurdo* se referir ao fenômeno como uma “experiência presente”. Podemos constatar esse pensamento na seguinte passagem:

O presente de que estamos falando aqui não é o fotograma no rolo de filme que está na frente da lente do projetor neste exato momento, em oposição aos fotogramas que vêm antes e depois dele, que já estiveram lá ou que ainda estão por vir; mas a imagem na tela, que seria ilegitimamente chamada de presente, já que “presente” não seria usado no caso para distingui-la do passado e o futuro. E, portanto, trata-se de um adjetivo sem significado. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 86, aforismo 54, § 10).

Comentando novamente a metáfora do projetor, Wittgenstein estabelece que o uso do termo “presente” para descrever o filme projetado na tela, isto é, o fenômeno, seria “ilegítimo”. Wittgenstein afirma que somente faria sentido se referir ao “presente” por meio de uma relação hipotética com os fotogramas já projetados na tela e os fotogramas a serem exibidos, isto é, por meio da contraposição teórica das noções de “passado” e “futuro”.

Assim, o próprio “presente”, no sentido da física, possuiria certa extensão, pela qual sua representação poderia mencionar hipoteticamente estados de coisas recém-ocorridos, e, até mesmo, prestes a ocorrer. Dessa forma, as noções temporais como um todo (passado, presente e futuro) consistiriam numa relação hipotética entre fenômeno, memória e expectativa, constituindo uma hipótese sobre eventos não atuais no campo fenomênico.

2.3.2 - A hipótese do espaço tridimensional

As concepções mais naturais de mundo consideram o espaço tridimensional como o plano no qual os estados de coisas ocorrem. A partir dessas noções comuns, considera-se amplamente a ocorrência de eventos dada numa distância maior ou menor em relação a um observador. No quinto capítulo das *Remarks*, Wittgenstein comenta essa perspectiva tão comumente assumida pelas pessoas, dizendo que apesar desse aspecto tão natural, outra característica das ocorrências também deveria ser considerada. Vejamos esse trecho:

O fato de não nos impressionarmos quando olhamos a nossa volta, movimentarmos-nos no espaço, sentirmos nossos corpos etc., mostra quão naturais essas coisas são para nós. Não notamos que vemos o espaço em termos de perspectiva e ou que nosso campo visual é, em certo sentido, indefinido nas proximidades das bordas. Isso não nos impressiona e nunca poderia nos impressionar porque é a maneira como percebemos. Nunca pensamos nisso e é impossível que o fizéssemos, já que não há nada que

contraste com a forma de nosso mundo. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 80, aforismo 47, § 1).

Com essa observação Wittgenstein diz que, se por um lado, nos é comum considerar que nos “movemos no espaço”, “sentimos nossos corpos” etc., por outro lado não faria sentido se falar em um mundo no qual não fosse possível se representar as ocorrências na perspectiva de um observador. Por conta disso, “não nos impressionamos” com as características de nossa visão de mundo por não haver a possibilidade de contrastá-las com qualquer outra. De acordo com Wittgenstein, o espaço tridimensional seria uma das características da nossa visão de mundo.

Nesse espaço em perspectiva, estariam comumente estabelecidas as descrições de estados de coisas encontrados *para adiante* de outras ocorrências consideradas *mais próximas* do ponto de observação. Nesse sentido, as descrições de eventos dados em perspectiva seriam hipotéticas, sendo sua construção sempre vulnerável ao erro. A hipótese que versa sobre a tridimensionalidade de um livro, por exemplo, seria verificada na medida em que fossem visualizadas suas páginas, contracapas etc. Porém, se a visão lateral do *suposto* livro revelar apenas um fino retângulo sem páginas, a hipótese sobre volume tridimensional terá sido frustrada.

Apesar disso, as descrições de ocorrências em profundidade espacial não seriam reconhecidas por Wittgenstein como um dado fenomênico. Para o filósofo, a representação dos fenômenos apresentaria apenas duas dimensões espaciais – *altura e largura*. Sendo assim, em qualquer caso, a descrição de um evento no campo visual possuiria a forma básica bidimensional e a tridimensionalidade permaneceria como expectativa, isto é, como hipótese a ser verificada no próximo instante.

Na próxima subseção, veremos o caráter das representações dos chamados “objetos físicos” nessa etapa da filosofia de Wittgenstein.

2.3.3 - A hipótese dos objetos físicos

Segundo Wittgenstein, a noção de que certas ocorrências no campo visual consistiriam em objetos com propriedades como *peso, massa*, e que estariam *dispostos no tempo e no espaço tridimensional*, seria uma construção hipotética. Dessa forma, toda descrição de mundo que envolva termos referentes a *pessoas, animais, casas*,

prédios etc., seria constituída por hipóteses. De acordo com o que vimos até agora, Wittgenstein considera como fenômeno apenas o que é dado pelos sentidos sem qualquer resíduo hipotético. Não haveria nenhum dado do campo perceptual capaz de acusar uma relação *necessária* entre os fenômenos e qualquer outro sistema para além da percepção.

Em nossa caracterização das representações temporais, feita nas subseções anteriores, vimos que os termos referentes a noções temporais são considerados hipotéticos por Wittgenstein. Por essa razão, o filósofo considera que o dado fenomênico não abarcaria vários instantes, mas apenas a experiência atual. Em nossa caracterização do espaço tridimensional, vimos que, segundo Wittgenstein, a tridimensionalidade seria uma hipótese desenvolvida pela expectativa de que um objeto possuísse um volume para além do ponto de observação. Com base nessas hipóteses, seria constituída, também, a noção de objetos físicos.

No sexto capítulo das *Remarks*, Wittgenstein escreve sobre o a confusão de se considerar os objetos físicos como integrantes do campo fenomênico. Vejamos:

A simples expressão “Eu posso perceber x ” é ela própria advinda das expressões da física, e x tem de ser um objeto físico – por exemplo, um corpo. Se essa expressão for usada na fenomenologia, em que x tem de referir-se a um dado, já se terá começado por um erro. Porque nesse caso, “eu” e “perceber” também não podem ter o mesmo significado de antes. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 88, aforismo 57, § 6).

Nesse trecho, Wittgenstein afirma ser um “erro” usar termos referentes a objetos físicos nas representações de fenômenos. O filósofo sustentaria tal afirmação mencionando que as descrições fenomenológicas teriam de se referir estritamente aos dados dos sentidos, suspendendo qualquer descrição hipotética sobre esses dados. No caso dos objetos físicos, por terem propriedades transcendentais ao campo perceptual, sua representação teria, justamente, o caráter hipotético suspenso nas descrições fenomenológicas. Por essa razão, a menção a objetos físicos como descrição de fenômenos seria considerada por Wittgenstein como uma confusão entre as representações fisicalistas e fenomênicas, um *absurdo*.

Em outra passagem do sexto capítulo das *Remarks*, encontramos a seguinte afirmação de Wittgenstein:

Com respeito à expressão “dada dos sentidos” na acepção de ser inconcebível que alguma outra pessoa os tenha, não se pode, por essa razão, dizer que alguma pessoa não os tem. E por esse mesmo motivo não há sentido em dizer que *eu*, em oposição a alguma outra pessoa, os *tenho*. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 90, aforismo 61, § 1).

Nesse trecho, Wittgenstein argumenta dizendo que o próprio uso da palavra “eu” nas descrições de fenômenos já estabeleceria *erroneamente* uma relação entre a descrição primária e uma hipótese sobre a existência de um objeto físico. A confusão entre os modos fisicalista e fenomênico teria como consequência a construção de sentenças *absurdas* nas quais a descrição dos fenômenos se encontraria subsidiada pela inferência hipotética de um corpo.

Nesse contrassenso, os dados do fenômeno estariam descritos como dependentes de ocorrências não imediatas, o que inviabilizaria por completo a possibilidade de verificação das descrições dos fenômenos. Por essa razão, como explicita Wittgenstein nessa passagem, a impessoalidade da experiência fenomenológica seria uma consequência lógica da suspensão da hipótese de que a experiência residiria em uma pessoa, isto é, em um objeto físico. O esclarecimento dos modos de representação presentes nas proposições teria como finalidade evitar a construção tais absurdos.

Tendo apresentado algumas das descrições feitas por Wittgenstein sobre as hipóteses presentes no modo fisicalista de representação, faremos, na próxima subseção, uma breve apresentação de como o filósofo concebeu a verificação das descrições da física e da fenomenologia.

2.3.4 - A verificação das representações fisicalistas e fenomênicas

No conjunto de subseções apresentado por nós até agora, mostramos algumas das características do modo de representação fisicalista em contraposição às representações fenomenológicas. Assim, mostramos que Wittgenstein previu uma dissociação lógica e terminológica entre os dois sistemas de expressão. Em decorrência dessas dissociações, seriam distintos os tipos de verificação correspondentes a cada um desses modos de representação. Nesta seção, buscaremos explicar um pouco mais as considerações de Wittgenstein sobre o processo de verificação dos dois modos de representação.

No fragmento a seguir, Wittgenstein tenta exemplificar as características de cada um dos modos de representação:

[...] uma proposição como “Júlio César cruzou os Alpes” [...] descreve um evento que acreditamos ter ocorrido há cerca de 2.000 anos. [...] Proposições que tratam de pessoas, isto é, que contém nomes próprios, podem ser verificadas de muitas maneiras diferentes. – Ainda poderíamos encontrar o cadáver de César: o fato de isso ser possível está diretamente ligado ao sentido da proposição sobre César. Mas também é concebível que se encontrasse um manuscrito do qual emergisse que tal homem nunca existiu e que os relatos sobre sua existência foram inventados com determinados objetivos. Proposições sobre Júlio César têm, por conseguinte, de ter um sentido que abarque essa possibilidade. Se digo a proposição: ‘Posso ver uma mancha vermelha cruzando uma verde’, as possibilidades contidas em ‘Júlio César cruzou os Alpes’ não estão presentes e, nessa medida, posso dizer que a proposição sobre César adquire sentido de maneira mais indireta do que aquela (WITTGENSTEIN, 1975, p. 86, Aforismo 54).

Nessa extensa passagem, Wittgenstein mostra como os dois modos de representação apresentariam sentido de maneiras distintas. No caso de proposições de cunho fisicalista, seu sentido seria dado pela possibilidade de comprovação das teorias elaboradas. Wittgenstein observa que as proposições da física poderiam ser verificadas de várias formas. Isso significa que, dada uma teoria sobre a existência de uma pessoa, vários tipos de constatação poderiam contar a favor ou contra sua comprovação.

No exemplo de Wittgenstein, a proposição sobre César poderia ser tanto verificada pela descoberta de seus restos mortais, quanto negada por um manuscrito confiável no qual se afirmaria que a figura desse imperador seria, na verdade, um mito. Em qualquer desses casos, a presença da hipótese seria peculiar ao sentido das representações da física. No entanto, ao comentar o exemplo “Posso ver uma mancha vermelha cruzando uma verde”, Wittgenstein argumenta dizendo que se trata de um tipo de proposição cujo sentido seria distinto das proposições da física.

Com respeito à proposição sobre as cores, trata-se de uma representação dos dados integralmente contidos no campo fenomênico. Isso significa que a descrição dessas manchas no campo visual não requereria que se recorresse a qualquer hipótese para verificar tais dados. Sua verificação seria propriamente uma experiência perceptual. O sentido de proposições primárias ou fenomenológicas como essas dependeria, então, apenas da possibilidade de sua negação, isto é, o sentido das representações fenomenológicas dependeria meramente da possibilidade de se constatar

a negação do que se representa. Isso se daria de tal modo que uma representação do tipo “Há um círculo vermelho dentro do quadrado” teria sentido na medida em que pudesse ser contraposta à sentença “Não há um círculo vermelho dentro do quadrado”.

Diante das descrições de Wittgenstein, podemos constatar que, ainda que possuam sentidos distintos, os dois modos de representação passariam pelo mesmo crivo para serem verificados. Esse critério de sentido seria a *possibilidade de verificação fenomênica das representações*. No caso das representações fenomenológicas, vimos que seu sentido dependeria da possibilidade de verificação dos conteúdos correspondentes à sua negação. Quanto às proposições da física, mesmo sendo constituídas a partir de hipóteses, elas deveriam ter ao menos uma parte de seu conteúdo verificado pelo fenômeno. A partir da verificação de parte dos elementos mencionados dessas proposições, seria possível se sustentar que certas teorias descreveriam estados de coisas no mundo.

Neste capítulo, buscamos apresentar em linhas gerais a grande mutação que teria ocorrido na filosofia de Wittgenstein entre os anos de 1929 e 1930. Em nossa exposição, apresentamos as ideias sobre o sentido proposicional registradas no artigo *Some Remarks on Logical Form*, segundo as quais os estados de coisas elementares mencionados no *Tractatus* estariam sendo explicitamente tratados como fenômenos. Como esse novo esclarecimento sobre as ideias do *Tractatus*, Wittgenstein passaria a propor que os fenômenos fossem descritos por uma linguagem que abarcasse completamente sua multiplicidade – uma linguagem fenomênica.

Na segunda metade deste segundo capítulo, vimos que, a partir de 1930, o conjunto de escritos nomeado *Philosophical Remarks* viria a revelar uma mutação radical em relação à filosofia empreendida no *Tractatus* e reproduzida no artigo de 1929. Na nova concepção de Wittgenstein sobre o sentido das proposições, a análise lógico-proposicional nos moldes tractarianos teria sido completamente abandonada. Com o inesperado abandono da ideia de “análise”, vimos que o projeto de uma linguagem que descrevesse o fenômeno *completamente* também teria sido abandonado.

Nessa nova fase de seu pensamento, em vez de uma completa determinação do sentido, vimos que Wittgenstein defendeu o “esclarecimento gramatical” como forma de se investigar a constituição de sentenças absurdas. Conforme apresentamos, esse

esclarecimento consistiria em distinguir os conteúdos primários (fenomênicos) e secundários (fiscalistas) contidos nas proposições. Com essa distinção, Wittgenstein estava propondo que o sentido proposicional fosse elucidado na medida em que fossem discriminados os tipos de verificação concernentes a cada modo de representação.

No próximo capítulo, nos dedicaremos a apresentar o que consideramos ser uma das principais causas dessa mutação no pensamento de Wittgenstein: o reconhecimento de uma generalidade inerente ao sentido das proposições.

Capítulo 3 - A generalidade inerente ao sentido proposicional e a crise do *Tractatus*

Neste capítulo, tentaremos explicar as razões que teriam motivado Wittgenstein a romper com a filosofia do *Tractatus*, assumindo teses bem distintas a partir de 1930. Primeiramente, mostraremos que Wittgenstein já encontrava algumas dificuldades na ideia de análise proposicional desde seus *Notebooks*. Apesar de problemático, o projeto de explicitação do conteúdo lógico da linguagem representaria para filósofo a possibilidade de superar as questões em torno da forma proposicional pensada por Gottlob Frege e Bertrand Russell. Tendo feito esse retrospecto, analisaremos a primeira seção do capítulo “Generalidade” do *Big Typescript*. Com a apresentação desse escrito, veremos que Wittgenstein viria a reconhecer uma generalidade inerente ao sentido das proposições, de modo a inviabilizar o projeto de análise proposicional num sentido *a priori*. Para concluir este capítulo, veremos quais as principais ideias do *Tractatus* que teriam sido abandonadas com o advento da generalidade intrínseca ao sentido proposicional.

3.1 - As primeiras dificuldades com a análise proposicional

Antes de abordarmos propriamente as questões deste terceiro capítulo, vale a pena retomarmos os textos dos *Notebooks* para que possamos ter uma noção mais apurada sobre a origem dos problemas que abordaremos nesta etapa. A retomada desses escritos deve nos ajudar a ressaltar que Wittgenstein já via algumas dificuldades para conceber a análise proposicional e os estados de coisas elementares desde meados de 1914. Contudo, como veremos nesta seção, a desconfiança em relação essas ideias não viria a impedir que o projeto de determinação completa do sentido proposicional fosse desenvolvido, culminando na elaboração do *Tractatus*.

Apesar das dificuldades de se pensar numa completa explicitação do conteúdo lógico das proposições, Wittgenstein via no processo de análise proposicional um caminho para superar os problemas encontrados por ele na concepção de que as

proposições teriam a forma básica “sujeito-predicado”. Já na segunda página dos *Notebooks*, podemos observar Wittgenstein discorrendo sobre essa questão. Vejamos este ponto:

[...] Se, por exemplo, nos perguntarmos: É tal e tal um fato da forma sujeito-predicado? Devemos obviamente saber o que entendemos por “forma sujeito-predicado”. Devemos saber *se* há tal forma afinal. Como podemos saber disso? “A partir dos sinais”. Mas como? Pois não temos *sinais* dessa forma. Podemos certamente dizer: Temos sinais que se comportam como sinais da forma sujeito-predicado, mais isso significa que realmente deve haver sinais dessa forma? Isto é, quando esses sinais são completamente analisados? E aqui a questão se levanta novamente: Tal análise completa existe? E se não: Então qual é a tarefa da filosofia?!?! (WITTGENSTEIN, 1961, p.2).

Nesse trecho podemos notar como a compreensão dos enunciados a partir da forma sujeito-predicado, adotada por Frege e Russell, parecia insuficiente para Wittgenstein. O filósofo argumenta dizendo que não há, na proposição, nenhum sinal dessa forma. Wittgenstein diz haver apenas sinais que parecem se comportar de tal forma, mas somente isso não seria satisfatório para se afirmar a existência dessas supostas formas proposicionais. O ponto principal do trecho citado é onde Wittgenstein questiona o que seria a análise desses sinais que se comportam como sujeito e predicado. Nesse ponto, Wittgenstein parecia sugerir que a tarefa da filosofia seria a de analisar o conteúdo proposicional de modo que fosse possível estabelecer precisamente o que pode ser dito, pois se as formas propostas por Frege e Russell realmente existissem na linguagem, a análise filosófica deveria poder explicitar isso.

Wittgenstein prossegue comentando essa questão nos trechos seguintes:

Então: Se tudo que precisa ser revelado é revelado pela existência das *sentenças* sujeito-predicado etc., a tarefa da filosofia é diferente da que supus originalmente. Mas se isso não é assim, então o que falta deve ser revelado por algum tipo de experiência, e que eu considero fora de questão. (WITTGENSTEIN, 1961, p.3).

A obscuridade obviamente reside na questão: Em que a identidade lógica do sinal e da coisa significada realmente consiste? E essa questão é (mais uma vez) um aspecto principal do problema filosófico inteiro. (WITTGENSTEIN, 1961, p.3).

Nessas citações, Wittgenstein deixa claro estar em busca de algo que pudesse sustentar o significado dos sinais e das coisas significadas. As formas sujeito e predicado pareciam, para o filósofo, mais uma imposição arbitrária do que um

instrumento necessário para se revelar algo sobre a linguagem e o mundo. Contudo, a questão colocada por Wittgenstein no segundo trecho da citação requeria um procedimento que, de fato, pudesse mostrar em que consiste a linguagem e o fato.

Entendendo dessa maneira, é possível conectar essas questões com a necessidade de elaboração do processo de análise proposicional. Nessa época, a análise lógico-proposicional teria sido para Wittgenstein a melhor hipótese para se estabelecer o sentido dos sinais e da significação, pois a análise do conteúdo lógico da proposição seria capaz de, ao mesmo tempo, explicitar as condições de verdade relativas ao enunciado e de revelar a descrição dos estados de coisas. No processo de análise, seriam extraídas das proposições todas as sentenças que validariam o enunciado analisado, explicitando o seu sentido.

Apesar dos notáveis benefícios filosóficos que poderiam ser obtidos com essa ideia, Wittgenstein, já em meio às anotações de seus *Notebooks*, sentia certa insegurança em relação à sua noção de análise, principalmente a respeito das sentenças elementares, encontradas ao final da análise. Nos *Notebooks*, a primeira dúvida de Wittgenstein sobre esse tema, era a respeito do estatuto ontológico dos estados de coisas elementares. Vejamos, a seguir, o questionamento do filósofo:

[...] Tomemos uma questão bem parecida com essa, a qual, todavia é mais simples e mais fundamental, propriamente a seguinte: Um ponto no nosso campo visual é um *objeto simples, uma coisa*? Até agora tenho sempre considerado tais questões como questões filosóficas reais: e com certeza elas são em algum sentido – mas, mais uma vez, que evidência poderia resolver uma questão desse tipo, afinal? Não há um erro de formulação aqui, pois, dito assim, parece que nada nunca foi auto-evidente para mim nessa questão; é como se eu pudesse dizer definitivamente que essas questões jamais pudessem ser respondidas. (WITTGENSTEIN, 1961, p.3).

Nesse trecho, vemos Wittgenstein tentando conceber se *um ponto no campo visual* poderia ser tratado como um *objeto simples*. Por um lado o filósofo se via percebendo a “evidência” de certas regiões do campo visual que lhe pareciam elementares, mas, por outro lado, ele não parecia estar convencido de que tais “evidências” pudessem lhe assegurar a natureza dos estados de coisas elementares. Até esse ponto, Wittgenstein não conseguira determinar o que, de fato, seria um objeto simples.

Apesar dessa dificuldade, vemos que, nos *Notebooks*, Wittgenstein tentara mostrar a razoabilidade de se mencionar os objetos simples obtidos a partir da análise. É o que podemos constatar nesta passagem:

Mesmo que não tenhamos familiaridade com os objetos simples nós conhecemos os complexos por familiaridade, nós conhecemos por familiaridade aquilo que é complexo. — E que no final eles devem consistir em objetos simples? (WITTGENSTEIN, 1961, p.50).

Nessa citação, o filósofo argumenta que apesar de não saber exatamente o que seriam esses objetos simples, faria sentido se pensar em objetos desse tipo, já que a noção de “objetos complexos” pareceria ser muito bem “familiar” à razão. Assim, ainda que um exemplo claro desses objetos simples não tenha vindo à tona em sua investigação, Wittgenstein continuaria defendendo essa concepção, pois ele mesmo acreditava ser razoável que as coisas complexas fossem constituídas por coisas simples.

Para além do problema da exemplificação dos objetos simples, a busca pela certeza de que faria sentido se falar nesses objetos tinha a função de estabelecer o próprio final da análise. A análise somente poderia ser finalizada ao passo que as partes elementares dos estados de coisas fossem descritos. Dessa forma, para manter a ideia de “análise proposicional”, ou mesmo, a ideia de “completa determinação do sentido proposicional”, Wittgenstein precisava explicar como os estados de coisas, complexos e finitos, seriam representados pelas proposições. Em meio a essas questões, Wittgenstein mantinha a intuição de que as proposições deveriam ser articuladas e finitas para que pudessem representar a realidade simetricamente. Vemos Wittgenstein levantar essas questões nos trechos seguintes:

Uma questão: Podemos operar sem objetos simples em *lógica*? (WITTGENSTEIN, 1961, p.46).

Obviamente são possíveis as proposições que não contenham sinais simples, i.e., nenhum sinal que tenha uma referência imediata. E essas (proposições) são realmente proposições, elas tem sentido, e as definições das suas partes componentes têm de ser encaixadas nelas (proposições). (WITTGENSTEIN, 1961, p.46).

Mas está claro que os componentes das nossas proposições podem ser analisados pela compreensão de uma definição, e *devem ser se desejamos nos aproximar da estrutura real da proposição*. De qualquer maneira, então, aí há um processo de análise. E não se pode perguntar agora se esse processo chega a um fim? E se chega: O que será o fim? (WITTGENSTEIN, 1961, p. 46, *Grifo nosso*).

Se é verdade que qualquer sinal definido significa por *via* de sua definição, então presumivelmente a corrente de definições deve, em algum momento, ter um fim. A proposição analisada significa mais do que a não analisada. (WITTGENSTEIN, 1961, p. 46).

Nos trechos expostos logo acima, vemos Wittgenstein investigando a possibilidade de haver uma proposição sem partes simples. O filósofo diz haver proposições que não apresentam as partes elementares de seu significado. Essas, no entanto, seriam apenas as proposições em sua forma ordinária. De acordo com Wittgenstein, nas proposições ordinárias, as partes elementares de seu significado obviamente não estão à mostra. Porém, o filósofo deixa claro que esses componentes simples devam ser exibidos para que a *estrutura real* ou *lógica* da proposição possa ser mostrada. O processo de análise consistiria justamente na exibição dessas partes implícitas na proposição. Podemos ver, no quarto trecho do complexo citado logo acima, Wittgenstein argumentando que a finitude da análise seria decorrente de uma significação definida dos sinais. Dessa forma, tendo cada sinal um significado preciso em sua definição, então deveria ser possível a exibição definida e limitada, do significado de todos os sinais de uma proposição. Com a exibição de todos os sinais proposicionais, o significado da proposição seria determinado com exatidão, razão pela qual Wittgenstein afirmara que a proposição analisada significa mais do que a proposição não analisada.

As questões levantadas nessa época comprovam que Wittgenstein já notava certa dificuldade em pensar a ideia de “análise proposicional” e de “objeto simples”. O filósofo já reconhecia os problemas para estabelecer o estatuto dos estados de coisas descritos ao final da análise. Em contrapartida, ainda era necessário se presumir um fim para a análise, a fim de que o sentido das proposições fosse completamente determinado. Mesmo com o crescente surgimento das questões nos *Notebooks*, as investigações dessa época contribuíram intensamente para a confecção das teses expostas no *Tractatus*. É claro que, os problemas vieram a se apresentar de maneira mais clara e mais madura à medida que Ludwig investigava com profundidade crescente, ano após ano, suas próprias teses. Na próxima seção, examinaremos as questões sobre a ideia de “análise” que se levantaram na filosofia de Wittgenstein a partir de 1930.

3.2 - A descoberta de uma generalidade inerente ao sentido das proposições

Nesta etapa de nossa pesquisa, retomaremos as teses de Wittgenstein produzidas entre os anos de 1929 e 1930. Com isso, nosso objetivo será apresentar o que acreditamos serem as principais razões que levaram o filósofo a rejeitar as principais teses do *Tractatus*. Apesar de as ideias a serem abordadas nesta seção, de alguma forma, já se encontrarem nas *Philosophical Remarks*, recorreremos aos escritos editados por Wittgenstein por volta do ano de 1937, no *Big Typescript*, como referência para nossa investigação. A razão de nossa escolha se justifica pela maneira como os dois escritos foram organizados, pois, diferentemente das *Remarks*, que consistem numa compilação de escritos sem grandes tratos em sua tematização e edição, no *Big Typescript*, o tratamento desses escritos teria sido feito pelo próprio Wittgenstein.

Com a intenção de constituir um livro de sua filosofia pós-*Tractatus*, Wittgenstein teria feito, até o ano de 1937, várias correções, substituições e acréscimos nos escritos que antes compunham as *Remarks*. Comparados aos textos de 1930, os escritos de 1937 apresentam os pensamentos de Wittgenstein de maneira mais clara e precisa, razão pela qual acreditamos que o *Big Typescript* servirá bem aos nossos propósitos. Sendo assim, buscaremos nesses escritos as referências para explicar o abandono da tese da *completa determinação do sentido proposicional* que teria se dado nos escritos de Wittgenstein entre 1929 e 1930.

No *Big Typescript*, Wittgenstein expressa teses radicalmente contrárias à filosofia do *Tractatus*. Logo no título da seção que inaugura o capítulo “Generalidade”, Wittgenstein ataca um dos pensamentos centrais do projeto tractariano, a dependência lógica entre as sentenças que descrevem casos gerais e as que descrevem casos singulares. Segue o título da seção:

A proposição “O círculo está no quadrado” é, em certo sentido, completamente independente da atribuição de uma sentença particular (Em certo sentido, é totalmente desligada.). (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

Com essa abertura, Wittgenstein observa que, diferentemente da proposta do *Tractatus*, o sentido das proposições de cunho geral seria independente de uma

descrição de casos singulares. Ao dizer “Em certo sentido, é totalmente desligada”, o filósofo enfatiza que essa independência entre as sentenças gerais e as singulares não seria apenas casual. Não se trataria, aqui, do tipo de independência já previsto no *Tractatus*, em que, apesar da forma geral das proposições, seu sentido poderia ser explicitado pela análise lógica de seu conteúdo. Se fosse dessa forma, o próprio pensamento tractariano daria conta dessa questão, pois a ideia de análise proposicional teria sido elaborada, precisamente, para mostrar os casos singulares não aparentes na forma geral das proposições. No fragmento citado acima, a independência entre as proposições gerais e a atribuição de seus casos singulares estaria sendo acusada em um sentido mais forte.

Logo adiante, nas duas linhas que se seguem após o título, o filósofo tenta ser mais claro:

Gostaria de dizer: uma figura geral como | o | não tem a mesma métrica que uma particular.
No signo geral “| o |” as distâncias não desempenham um papel maior do que no signo “aRb”. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

Com essas observações, o filósofo comenta que a descrição de uma sentença em sentido geral possui uma forma lógica distinta da forma de uma proposição que descreve um caso singular. Por essa razão, de acordo com o exemplo de Wittgenstein, dizer que “há um círculo entre duas barras” não equivale logicamente a uma disjunção de casos como " $CP(x_1) \vee CP(x_2) \vee \dots \vee CP(x_n)$ ".

O filósofo prossegue com o argumento na próxima passagem:

O desenho | o | pode ser visto como uma representação do “caso geral”. É como se ele não estivesse em um espaço mensurável: as distâncias entre o círculo e as linhas não têm nenhuma importância. A imagem, considerada assim, não é vista como ocorrendo no mesmo sistema, como quando a vemos como a representação de uma proposição particular do círculo entre as linhas. Ou, antes, considerada assim, é parte de um cálculo diferente. As regras que governam as variáveis não são as mesmas que governam os seus valores particulares (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

Diante da representação do caso geral “| o |”, Wittgenstein observa que não conviria oferecer qualquer medida para a distância entre o círculo “o” e cada uma das barras “| |”, pois o símbolo em questão seria apenas uma representação geral dos casos nos quais um círculo está entre duas linhas. Haveria aí, segundo o filósofo, uma

diferença radical entre a lógica de uma proposição que informa que um círculo ocupa uma posição singular entre duas linhas e a lógica da proposição que informa o caso geral de um círculo qualquer entre quaisquer duas linhas (em uma posição ainda não definida). Por essa razão, o filósofo diz não serem “importantes” quaisquer medidas oferecidas para representar precisamente a posição das figuras. Wittgenstein diz que há um “sistema” (lógico) diferente que regeria as proposições gerais. Dessa forma, à expressão “há um círculo entre duas linhas” corresponderia um sistema de compreensão diferente do sistema empregado em “há um círculo entre duas linhas na posição x ”. Cada um desses sistemas seria regido por um tipo de “regra”, sendo, respectivamente, a regra dos casos gerais e a regra dos casos gerais.

Nas próximas linhas de seu livro, Wittgenstein tenta fornecer um argumento mais convincente para explicar sua posição:

“Como você sabe que ele está na sala?” “Porque eu o coloquei lá e não há como ele sair.” Então, seu conhecimento do fato geral de que ele está em alguma parte da sala tem a mesma multiplicidade que essa razão. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

Nesse trecho, o argumento fornecido por Wittgenstein examina o nível de multiplicidade oferecido por um interlocutor diante de um pedido de singularização. Nesse caso, o interlocutor de Wittgenstein, tendo afirmado que há um homem dentro de uma sala, é questionado sobre como ele sabe disso. Como podemos ver, a resposta do interlocutor de Wittgenstein informa *apenas* que se sabe que há um homem dentro da sala porque ele próprio o pôs lá dentro e não há como ele sair. Diante dessa resposta, Wittgenstein conclui que o conhecimento de seu interlocutor sobre haver alguém dentro da sala possui “a mesma multiplicidade” da razão fornecida. Observemos que, na resposta do interlocutor de Wittgenstein, não há qualquer dado do tipo “porque eu o vi e ele está sentado bem ao centro da sala etc.” Isso significa que o interlocutor de Wittgenstein, ao se limitar a fornecer razões *bem gerais* como “porque eu o coloquei lá e não há como sair”, não se compromete com qualquer representação mais precisa do que a multiplicidade oferecida em seu depoimento.

Em seu próximo exemplo, Wittgenstein tenta, mais uma vez, esclarecer seu ponto:

Consideremos o caso particular do estado geral de coisas da cruz estando entre as linhas das extremidades:

| + || + || + || + |

Cada um desses casos, por exemplo, tem a sua própria generalidade. Há alguma maneira pela qual essa individualidade entra no sentido da sentença geral? Obviamente não. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

Nesse exemplo, Wittgenstein fornece alguns casos singulares nos quais há uma cruz entre duas barras. Em cada caso, a cruz ocupa uma posição singular e distinta no espaço limitado pelas barras. Wittgenstein não aceita que a proposição geral “há uma cruz entre duas barras” contenha logicamente os casos singulares de posição das cruzes entre as barras. O essencial ao sentido dessa proposição seria que a cruz estivesse entre as barras, não importando a posição.

Nos próximos fragmentos desse escrito, o filósofo tenta deixar claro que as declarações gerais são essencialmente distintas das declarações singulares. Wittgenstein prossegue afirmando:

[...] quando falamos sobre as proposições individuais (visuais), parecemos estar falando de algo inteiramente diferente do tópico da proposição geral. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

Há um cálculo que contém nossa caracterização geral e outro que contém a disjunção. Se dizemos que a cruz está entre linhas, não temos nenhuma disjunção pronta para tomar o lugar da proposição geral. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 242e).

Com essas frases Wittgenstein afirma haver uma distinção essencial entre a representação de uma circunstância singular, ou seja, um fato cuidadosamente mensurado, e uma proposição geral do tipo “há uma cruz entre duas barras”. Segundo Wittgenstein, cada um desses tipos proposicionais, singular e geral, seria um sistema de representação distinto. O filósofo afirma não haver nenhuma disjunção de casos singulares que possa ser extraída do caso geral, isto é, não haveria elementos suficientes na proposição geral para se deduzir uma disjunção de casos singulares.

De fato, Wittgenstein reconhece que uma frase geral, em algum sentido, deve corresponder a certos pedidos de singularização, mas, apesar disso, as declarações do filósofo indicam que os pedidos de especificação não podem ser essencialmente

atribuídos ao conteúdo da proposição geral. Vemos Wittgenstein falando sobre isso nesta passagem:

[...] podemos dizer: se há um círculo no quadrado, deve estar em algum lugar e ter algum tamanho. Mas, de qualquer modo, não pode haver nenhuma questão de eu poder pensar antecipadamente em todas as posições e tamanhos possíveis. – Trata-se, antes, de que, na primeira posição, pareço passa-los por uma espécie de peneira de modo que o “círculo em um quadrado” corresponda a uma única impressão que não leva em conta o *onde*, etc., como se fosse (contra toda a aparência) algo apenas fisicamente, não logicamente, ligado ao primeiro estado de coisas. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 242e).

Nesse registro, vemos Wittgenstein reconhecer que mesmo uma proposição geral pode ter compromisso com certas singularidades. Isso significa que mesmo diante uma frase geral como “há um círculo no quadrado” faz sentido se dizer que deve haver algum lugar no qual o quadrado ou o círculo está posto e que realmente essas figuras devem ter um tamanho específico. Mas o que parece incomodar a Wittgenstein é a ideia de que todas as posições e tamanhos do círculo e do quadrado possam estar antecipadamente disponíveis na própria proposição, como se ela, a proposição, tivesse algum tipo de infraestrutura lógica pré-estabelecida.

Outro ponto interessante dessa passagem é o fato de Wittgenstein dizer que a frase geral “passa por um tipo de peneira”, de modo que não seja relevante se perguntar por “onde” ou “em qual posição” estão as figuras representadas. Com essas palavras, Wittgenstein quer dizer que os dados singulares do fato singular não são dados na proposição geral, como se tivessem sido retidos por um tipo de “peneira”. O “resíduo” contido nessa “peneiração” conteria os aspectos singulares como *tamanho e posicionamento singular* do que está sendo representado. Em contrapartida, o que passa pela peneira é uma *impressão geral* que constitui o sentido da proposição.

Dessa forma, a proposição geral seria compreendida sem os dados singulares fossem decisivos em tal processo. Wittgenstein alega que o sentido da sentença geral “há um círculo no quadrado” dependeria essencialmente de apenas uma possibilidade, sendo ela, a sua negação: “não há um círculo no quadrado”. Podemos ver um comentário de Wittgenstein sobre essa questão no trecho a seguir:

[...] o retalho parece ter uma relação com a borda que é independente de sua distância. – Quase como se eu estivesse usando uma geometria na qual não houvesse algo como distância, mas apenas dentro e fora.

Vistas dessa maneira, não há dúvidas de que as imagens, e



são iguais. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 243e).

Vemos nesse trecho, Wittgenstein sugerir que a regra para a compreensão das sentenças gerais seria independente das características singulares das formas representadas. Nesse ponto, Wittgenstein, explicitamente, abandona a ideia de que haveria um princípio de dependência das sentenças gerais em relação às sentenças singulares. O filósofo, então, afirma que as sentenças gerais apresentam um funcionamento completamente independente das sentenças singulares. Na análise das figuras dos casos singulares dos dois círculos, cada um dentro de um quadrado distinto, e em uma posição distinta, Wittgenstein diz que ambas as imagens são iguais. A igualdade a qual Wittgenstein se refere é o fato de que se pode dizer que, em ambas as imagens, “há um círculo no quadrado”, não importando a posição ou tamanho singular dos componentes da imagem. Nessas condições o que se torna relevante para a validação da proposição em questão é apenas se o círculo “está” ou “não está” dentro do quadrado.

Ainda sobre a independência entre a proposição geral e a disjunção dos casos singulares, Wittgenstein argumenta:

Por si, a proposição “o retalho está no quadrado” não faz mais nada além de segurar o retalho dentro do quadrado, por assim dizer; é apenas dessa maneira que limita a possibilidade do retalho; dentro do quadrado, concedendo-lhe completa liberdade. A proposição constrói uma estrutura que limita a liberdade do retalho, mas dentro da estrutura, deixa-o livre, isto é, não tem nada a ver com sua posição. Para que seja assim, a proposição deve ter a natureza lógica da estrutura (como uma caixa encerrando o retalho). E ela tem porque pode explicar a proposição a alguém e expor as possibilidades, independentemente de tal proposição ser verdadeira ou não, independente de um fato. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 243e).

Acima, vemos Wittgenstein afirmar de maneira mais clara que a proposição geral não possui, em si mesma, nenhum compromisso essencial com os aspectos singulares dos objetos representados. Wittgenstein diz que não há nada na proposição “há um retalho dentro de um quadrado” que estabeleça a posição singular de tais objetos. O filósofo, entretanto, observa que apesar de a estrutura proposicional não manter compromisso essencial com as singularizações, a proposição deveria conter as propriedades lógicas da estrutura dos objetos representados. Com isso, Wittgenstein está

afirmando que, independentemente da verdade ou da falsidade da proposição geral “há um retalho num quadrado”, sua estrutura lógica deveria oferecer a possibilidade se descrever *posteriormente* as possíveis posições do retalho dentro do quadrado.

Além disso, Wittgenstein diz que o fato de a proposição geral não conter essencialmente uma disjunção de casos singulares comunica, justamente, a falta de determinação das posições singulares. Nesse sentido, a abordagem de Wittgenstein tenta fornecer um sentido genuíno para a própria generalidade das proposições. Sobre esse sentido, não caberiam determinações adicionais. Na próxima citação, vemos Wittgenstein defender essa posição:

“Onde quer que o retalho esteja no quadrado...” significa “contanto que esteja no quadrado...” e, no caso, tudo que se quer dizer é a liberdade (falta de restrição) no quadrado, não um conjunto de posições. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 243e).

Nessa passagem, Wittgenstein defende que a própria liberdade das posições do retalho no quadrado dada na sentença geral constitui uma natureza genuína de sentido proposicional fundamentalmente distinta dos casos singulares. O sentido da proposição geral deixa, genuinamente, possibilidades em aberto para a sua compreensão, sem certas singularizações. Apenas algumas informações gerais são dadas, de modo que a frase “contanto que esteja dentro do quadrado” deixa uma abertura em sua compreensão para que haja uma variação de possibilidades que não são determinadas essencialmente pela estrutura proposicional.

Até agora, temos retratado o surgimento de mutações na filosofia de Wittgenstein, no que se refere à tese geral sobre o sentido proposicional. Na próxima seção, examinaremos as consequências da descoberta da generalidade intrínseca das proposições sobre as teses tractarianas expostas no primeiro capítulo desta dissertação. Com esse exame, poderemos ver quais as teses do *Tractatus* que foram diretamente afetadas pelas investigações de Wittgenstein feitas de 1929 a 1930.

3.3 - Teses tractarianas afetadas pela generalidade inerente às proposições

Nesta seção, faremos um exame das teses do *Tractatus* afetadas pelas reflexões de Wittgenstein no *Big Typescript*. De modo geral, podemos dizer que as novas conclusões de Wittgenstein sobre o sentido proposicional se resumem à ideia de que o sentido de uma proposição geral não depende essencialmente de uma disjunção de casos singulares correlatos. Essa ideia geral demarca uma ruptura radical com uma parte central da filosofia de Wittgenstein - a noção de sentido proposicional desenvolvida no *Tractatus*.

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que, no *Tractatus*, Wittgenstein havia considerado as condições de verdade como uma articulação lógica subjacente à forma ordinária das proposições. Essas condições de verdade seriam expressas em uma lista de descrição de casos singulares logicamente dependentes da proposição geral. Essa listagem apresentaria proposições cujas articulações seriam progressivamente mais simples. Ao final dessa listagem de casos singulares, estariam as proposições elementares, as quais teriam a estrutura lógica mais simples possível, consistindo na representação dos estados de coisas mais simples possíveis. Com esse processo, o conteúdo das proposições gerais ordinárias seria traduzido em descrições de casos singulares, isentas de qualquer generalidade.

Contudo, na seção anterior vimos que, no *Big Typescript*, Wittgenstein teria abandonado a tese de que as possibilidades de ocorrência de estados de coisas são essencialmente ligadas ao sentido da proposição. O filósofo alega não haver elementos suficientes na estrutura lógica da proposição geral para se deduzir uma disjunção de casos singulares. Em decorrência disso o sentido das proposições passa a ser concebido apenas como a possibilidade de se negar o que é expresso pela proposição geral. Como efeito das novas concepções de Wittgenstein, as teses tractarianas que descreviam a realidade como constituída por eventos singulares, bem como o processo de análise proposicional, estariam sendo completamente rejeitadas.

As questões apontadas no *Big Typescript* teriam um grande impacto sobre a ideia tractariana de “análise”. Como explicamos no primeiro capítulo desta dissertação,

no *Tractatus*, Wittgenstein defendia a tese de que para cada proposição geral, seria possível exprimir o seu sentido exato por meio da expressão da disjunção dos seus casos singulares correspondentes. Dessa forma, para uma frase geral como “Há um livro sobre a mesa”, seu sentido poderia ser completamente explicitado à medida que fossem proclamados todos os casos singulares nos quais “um livro poderia estar sobre uma mesa”. Lembremos a enunciação dessa questão feita no *Tractatus*:

Cada asserção sobre complexos deixa-se dividir numa asserção sobre suas partes constitutivas e naquelas proposições que descrevem inteiramente tais complexos. (WITTGENSTEIN, 1968, p. 57, § 2.0201).

A notação de todos os casos singulares correspondentes à sentença geral terminaria logo que fossem esgotadas as possibilidades elementares que representam a circunstância em questão. Essa listagem de casos disjuntos seria a efetuação do processo de “análise proposicional”. Esse processo descreveria, por assim dizer, uma “compreensão ideal” da proposição, assumindo o princípio de que a *completa compreensão* de uma proposição requereria a compreensão de *todas* as suas condições de verdade.

Contudo, esse princípio, tão importante para as ideias do *Tractatus*, foi duramente criticado pelo próprio Wittgenstein no *Big Typescript*. Como vimos na seção anterior, nesses escritos, Wittgenstein diz frases como:

As regras que governam as variáveis não são as mesmas que governam os seus valores particulares.

[...] quando falamos sobre as proposições individuais (visuais), parecemos estar falando de algo inteiramente diferente do tópico da proposição geral. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 241e).

As novas teses encontradas nesses escritos negam a possibilidade de haver uma listagem de casos disjuntos dada como princípio de compreensão de uma sentença geral. Wittgenstein diz ser possível se compreender o sentido de uma sentença geral independentemente da compreensão de casos singulares correlatos. Por meio do exemplo da frase geral “há um círculo dentro do quadrado”, o filósofo afirma que a compreensão de tal proposição não envolve o conhecimento das posições singulares do “círculo dentro do quadrado”, mas apenas a possibilidade de o círculo estar dentro ou fora do quadrado. Diante desse exemplo, Wittgenstein observa que nem a proposição

geral informa as posições do círculo no quadrado, nem essas posições chegam a ser relevantes para a compreensão da proposição. Assumindo essa perspectiva, o filósofo acaba por rejeitar a ideia tractariana de “análise”, pois esse procedimento consistiria, justamente, na execução de um processo que prezava por uma ligação essencial da proposição geral com uma disjunção de casos singulares que lhes fossem correlatos. Assim, se no *Tractatus* o sentido proposicional tinha como condição a possibilidade de se listar como disjunção todos os estados de coisas que validariam a sentença geral, no *Big Typescript* a postulação dessa possibilidade estaria sendo considerada *absurda*.

Como consequência da falência da ideia de análise proposicional, todos os seus processos logicamente dependentes também ruíram. Dessa forma, tanto as “proposições elementares”, o tipo mais simples proposição; quanto os “nomes”, signos simples constituintes das proposições elementares foram completamente arruinados com a mutação registrada no *Big Typescript*.

As proposições elementares, aquelas completamente singulares, eram essenciais ao *Tractatus*, pois sua estrutura teria a mesma multiplicidade dos fatos singulares da realidade, o que viabilizaria a tese de uma simetria entre a linguagem e a realidade. A partir dessa mutação, encontrar proposições elementares passou a ser uma operação completamente *absurda* para Wittgenstein. O problema de se falar em proposições elementares seria o fato de essas proposições estarem atreladas à ideia de uma realidade pré-estabelecida logicamente para além da própria expressão da proposição geral. O sentido das proposições não dependeria mais de encontrar proposições elementares que descrevessem completamente todos os casos nos quais uma proposição é verdadeira, mas apenas da possibilidade de sua verificação.

Com a queda das proposições elementares, os nomes genuínos, caríssimos às teses tractarianas por estenderem o princípio de bipolaridade às proposições mais simples, estavam sendo devastados com a crítica de 1930. Esses signos simples, coligados, funcionavam no *Tractatus* como a articulação das sentenças elementares, de modo a informarem os aspectos mais simples dos estados de coisas na realidade. Dessa forma, uma proposição elementar poderia ser verdadeira ou falsa sem que, para isso tivessem de ser compostas por outras proposições. A bipolaridade dessas proposições dependeria apenas do modo como esses “vetores” estivessem coligados. Frente à crítica feita por Wittgenstein no *Big Typescript*, o conceito tractariano de “nome” seria parte de

um conjunto de frases que nos levaria a um absurdo: a postulação de uma realidade ontologicamente determinada.

Sob a perspectiva de Wittgenstein desenvolvida entre 1929 e 1930, a proposta de se esclarecer o sentido das proposições por meio de um processo lógico profundamente extenso seria completamente abandonada. Dessa forma, Wittgenstein estaria descartando a posição tractariana de que a condição de possibilidade do sentido das proposições seria a descrição de todos os casos singulares disjuntos. O filósofo passaria a pensar no sentido proposicional como uma possibilidade de verificação das proposições na qual apenas uma contraparte deveria ser considerada, sendo ela – a própria negação da proposição.

Nessa seção, procuramos estabelecer quais foram os efeitos dessas investigações sobre o projeto do *Tractatus*. Constatamos que as investigações de Wittgenstein feitas no *Big Typescript* encontraram resultados bem avessos ao seu antigo projeto tractariano. No próximo capítulo, tentaremos identificar os impactos que as novas conclusões de Wittgenstein vieram a incidir sobre a noção de “impressão” em seus futuros escritos.

Capítulo 4 - Da generalidade proposicional à generalidade das “impressões”

Neste capítulo, nos concentraremos em apresentar possíveis consequências da descoberta da generalidade inerente ao sentido das proposições sobre os escritos tardios de Wittgenstein. Dividiremos essa apresentação em duas etapas. Na primeira, discutiremos o texto *Phenomenal Language*, no qual a ideia de “generalidade” estaria sendo abordada por Wittgenstein para acusar confusões no uso da linguagem quanto à representação das impressões. Na segunda parte deste capítulo, faremos um exame dos argumentos presentes nesse texto de Wittgenstein, relacionando-os com o trajeto feito por esta dissertação. Nessa etapa, poderemos constatar que a tese sobre a “generalidade das representações das impressões”, defendida em *Phenomenal Language*, estaria sendo embasada em alguns desdobramentos abstrusos das conclusões sobre a generalidade das proposições feitas no *Big Typescript*.

4.1 - O tratamento dado ao conceito de “impressão” na filosofia tardia de Wittgenstein

Ainda nos primeiros meses do ano de 1929, Wittgenstein buscava formular uma tese que pudesse oferecer fundamentos lógicos e filosóficos ao sentido proposicional. Sua tentativa, com o *Tractatus* e com o artigo *Some Remarks on Logical Form*, consistia basicamente em propor que o sentido proposicional dependeria da possibilidade de se fazer um “mapeamento” lógico completo dos casos singulares referidos numa sentença geral. Assegurando a viabilidade dessa tese, Wittgenstein poderia concluir que todas as proposições, possuindo sentido, referir-se-iam a casos singulares *completamente determináveis*. Essa tese ofereceria, de antemão, “exatidão” e “completude” a qualquer proposição. Assim, por mais que uma frase geral não deixasse claro todos os estados de coisas possíveis aos quais ela estaria se referindo, a possibilidade de descrição desses casos singulares deveria permanecer *a priori* como condição de possibilidade para o sentido do enunciado geral.

Porém, a partir de 1930, Wittgenstein começara a pensar em novos caminhos para se tratar a questão do sentido proposicional. A partir dos escritos das *Philosophical Remarks*, que vieram a colaborar intensamente para a confecção do *Big Typescript*, Wittgenstein propõe que o sentido de uma proposição seja esclarecido pela distinção dos seus conteúdos gramaticais “primários” e “secundários”. Como vimos no segundo capítulo dessa dissertação, por “conteúdo primário de uma proposição”, Wittgenstein entendeu o conteúdo próprio da descrição dos fenômenos, isto é, da descrição dos dados dos sentidos. Já, por “conteúdo secundário de uma proposição”, Wittgenstein entendeu o conteúdo próprio de uma descrição dos dados do mundo que estão para além da percepção sensorial, construções teóricas. Distinguindo-se esses dois tipos de conteúdo proposicional, seria possível determinar o método de verificação dos estados de coisas descritos em cada proposição. Com essa tese, Wittgenstein não mais desejava uma análise do conteúdo lógico da proposição, bem como não buscava mais propor uma linguagem que descrevesse o fenômeno com exatidão. De modo avesso às suas teses de 1929, Wittgenstein concluiu que o sentido proposicional possui uma generalidade genuína, sendo *absurda* qualquer tentativa de prever uma correlação antecipada, *a priori*, entre uma sentença geral e sentenças singulares.

Fizemos, até agora, uma descrição do curso feito por Wittgenstein para descrever o sentido proposicional. Em nossa exposição, vimos que Wittgenstein abandonou teses centrais do *Tractatus*, como a “plena determinação do sentido proposicional” e a “possibilidade da grande análise”, e passou a subscrever, no *Big Typescript*, a tese da “generalidade inerente do sentido das proposições”. Nesta seção, abordaremos o texto *Phenomenal Language*, produzido entre 1931 e 1934, onde Wittgenstein discute a possibilidade de se pensar em uma linguagem que descreva o fenômeno completamente. Considerando que esse texto já apresenta novos elementos quando comparado à filosofia intermediária de Wittgenstein, pretendemos, com esta exposição, examinar o tratamento dado pelo filósofo ao conceito de “impressões” no início de sua filosofia tardia.

Em *Phenomenal Language*, Wittgenstein inicia uma discussão sobre a possibilidade de se elaborar uma linguagem capaz de descrever o fenômeno com exatidão. Para tentar representar essa linguagem, ele propõe que imaginemos que um filme seja produzido como registro da experiência imediata. A filmagem, então, apresentada, deveria exibir uma representação de um fenômeno visual, ou mesmo, da

memória de uma experiência visual. Abaixo, temos o trecho em que Wittgenstein propõe o experimento:

Vamos imaginar o melhor resultado possível, de que o outro adivinhe por sorte a tal descrição, i. e., que ele tenha produzido o filme, mostre-o para mim e então eu diga: “Sim, é assim que se parecia”. Alguém poderia pensar então que a linguagem fenomenológica tenha a forma de uma tal representação pictórica. (WITTGENSTEIN, 2003, p.315, *tradução nossa*).

Porém, logo em seguida Wittgenstein intervém dizendo que mesmo esse tipo de representação da qual se poderia dizer tão “completa” e “exata”, num certo e importante sentido, não poderia satisfazer uma descrição exata do fenômeno:

Bem, é importante que, em certo sentido, mesmo isso não funcionaria. Pois, se me perguntassem a seguir: “Era exatamente assim? Ou talvez apenas muito parecido?”, eu não saberia o que responder. (WITTGENSTEIN, 2003, p.315, *tradução nossa*).

Com essa intervenção, Wittgenstein questiona se faz sentido a proposta de descrever o fenômeno com exatidão. Como oposição a essa tentativa de descrição, o filósofo argumenta que, em qualquer caso, é possível que, diante das imagens do filme, uma pessoa alegue que “certas regiões da imagem eram diferentes”, talvez “algumas cores fossem mais fortes” ou “algumas formas menos nítidas” etc. Dessa forma, quando certas partes da imagem do filme não representam exatamente um fenômeno, diz-se comumente, que as imagens do filme são uma representação “aproximada” da experiência. No entanto, o ponto que Wittgenstein atacará será, justamente, essa noção de “aproximação”. Para isso, o filósofo logo trata de questionar:

Mas o que “aproximadamente” quer dizer aqui? Significaria que uma maior aproximação fosse sempre concebível? Ou quer dizer que toda pintura seja algo aproximado? (WITTGENSTEIN, 2003, p.315, *tradução nossa*).

Com esses questionamentos, Wittgenstein pretendia esclarecer se o sentido de “aproximado” utilizado para se referir à representação de um fenômeno é o mesmo sentido da expressão “aproximado” quando usada para se falar da representação de um objeto físico. Wittgenstein nos ilustra a questão descrevendo o caso em que alguém diz que uma linha mede aproximadamente 20 centímetros. Nesse caso, é perfeitamente plausível que se possa conferir o comprimento da linha, pois, uma vez que o objeto

físico do qual se deseja determinar o comprimento esteja disponível, basta que seja utilizada uma régua para se descobrir sua medida exata. Em contrapartida, no caso do fenômeno, se temos um filme candidato a ser uma representação “exata” da experiência imediata e alguém alega ser uma representação apenas “aproximada”, não haveria um critério para afirmar tal “aproximação”. No caso do fenômeno, diferentemente de quando há um objeto físico disponível, não faria sentido se falar em verificar a “aproximação” ou “exatidão” da representação.

A questão que se forma aqui é sobre a possibilidade de se representar as impressões, seja a experiência imediata ou a memória, *da mesma forma* em que se representam os objetos físicos. Quanto a essa questão, Wittgenstein bem observa que em algum sentido podemos considerar as representações das impressões como “aproximadas” ou, até mesmo, “exatas”, porém, o uso dessas expressões é completamente distinto de quando nos referimos às representações de objetos físicos. No caso dos objetos físicos, “aproximação” e “exatidão” envolveriam um compromisso com a verificação da correspondência entre as partes de um objeto em relação ao outro. No caso das impressões, dizer que uma representação é “aproximada” ou mesmo “exata” quer dizer apenas que a representação satisfaz pouco ou muito, de modo geral, à testemunha da impressão. Wittgenstein faz essa observação no trecho que se segue:

[...] Estamos lidando aqui com uma inexatidão em um sentido muito diferente. Alguém poderia chamar as imagens da memória de indistintas, mas essa indistinção não seria contrastável com uma imagem mais nítida. As palavras “indistinto”, “aproximado”, “inexato” e outras semelhantes têm uma gramática diferente nesse caso. (WITTGENSTEIN, 2003, p.317, *tradução nossa*).

O filósofo diz ainda que a busca por uma linguagem ideal que descreva as impressões com “exatidão” não passa de um grande erro que conduz a absurdos. Wittgenstein enfatiza que, de fato, faz sentido se falar em uma representação “aproximada” ou “exata” nas situações em que se pode verificar o rigor da representação. Em casos como esse, não há problema em dizer que um retrato é uma representação aproximada de uma pessoa, pois é bem possível comparar novamente o retrato e a pessoa, pondo-os, mesmo, lado a lado. Assim, nos casos em que faz sentido se falar em uma representação aproximada também *deve* fazer sentido se requerer uma representação mais precisa. Wittgenstein, no entanto, acusa de *absurdo* o uso da linguagem que prevê que uma expressão (como um filme, por exemplo) possa ser uma

representação “aproximada” de uma impressão. A questão, aqui, emerge diante da intenção de se comparar os dados de um objeto físico, no caso, o filme, com um dado geral, uma impressão visual, da qual não faz sentido se antever uma disjunção de casos singulares. Dessa forma, aquele que diz que uma representação “aproxima-se” de uma impressão está tentando imprimir o caráter de *singularidade* dos objetos físicos sobre o caráter de *generalidade* das impressões, como se fosse possível conferir uma correspondência entre representação e impressão da mesma forma que se pode encontrar entre objetos físicos. No trecho seguinte Wittgenstein critica essa confusão no uso da linguagem:

[...] ele (*o interlocutor de Wittgenstein*) espera encontrar, para cada “aproximadamente” um “exatamente” – e acaba perseguindo uma miragem que o ilude constantemente. [...] É muito diferente dizer “a descrição deve aproximar-se da de uma imagem pintada” do que dizer “a descrição deve aproximar-se da de uma imagem visual”. No primeiro caso eu poderia copiar a pintura e, de fato, muito bem, e aqui faz sentido se dizer que a cópia reproduz exatamente o original. Mas, aplicada à imagem visual, essa expressão perde seu sentido. (WITTGENSTEIN, 2003, p.317, *tradução nossa*).

Aqui, a confusão é estabelecida quando se insiste em tratar uma impressão como um objeto físico, como se ambos os termos possuíssem as mesmas propriedades lógicas. A fim de enfatizar as distinções lógicas entre os termos “impressão” e “representação”, Wittgenstein recorre a mais um exemplo:

Imaginemos que uma pessoa olhe para o céu por um instante e então é perguntada sobre quantos pontos de luz ela viu. Haveria aqui uma resposta da forma: “Vi *n* pontos de luz”? Isto é, “Não sei quantos pontos de luz havia lá, mas claramente devo ter visto algum número definido”? Diríamos: Aqui não faz o mínimo sentido falar-se de um número definido. Por mais estranho que isso possa soar, a única descrição precisa seria da forma: “Vi inúmeras estrelas” e, não: “Vi *n* estrelas”. Alguém poderia corretamente dizer aqui que estamos diante de um novo sistema aritmético, um sistema que iria (digamos) “1, 2, 3, 4, 5, vários”, no entanto um sistema em que se poderia até mesmo falar de diferentes graus de multiplicidade no sentido em que se diz: “Aqui há mais estrelas do que ali”. Nesse sentido alguém poderia tranquilamente dizer que vê milhares de estrelas, se ao menos estiver claro que ele não está descrevendo com isso um número, mas, sim, uma *impressão*. (WITTGENSTEIN, 2003, p.319, *tradução nossa*).

Nesse exemplo, Wittgenstein descreve o caso em que alguém tem uma impressão muito geral de um céu estrelado. Após isso, alguém, então, lhe pergunta quantas estrelas havia no céu. Ao responder, a pessoa que viu o céu estrelado não se vê capaz de estabelecer *precisamente* o número de estrelas vistas. Por isso, pôde responder

apenas que viu “muitas estrelas”, viu “ n estrelas”, ou mesmo que “não sabe quantas estrelas viu”. Obviamente é possível se observar² o céu por um tempo, até mesmo com equipamentos sofisticados como um telescópio etc., e, então, oferecer um número determinado de estrelas a quem interessasse saber a quantidade de estrelas no céu. No entanto, Wittgenstein deixa claro que não faria sentido se pretender encontrar uma quantidade determinada de estrelas quando se trata de uma *impressão*. Uma pessoa pode ter uma impressão muito geral de um dado visual antes mesmo de poder mensurá-lo. Ainda assim, afirma Wittgenstein, aquele que teve a impressão geral do céu estrelado pode dizer que em certas regiões do céu havia mais estrelas do que em outras, mesmo sem saber ao certo a quantidade de estrelas.

A questão que Wittgenstein encontra aqui é que não faria sentido se dizer que uma representação se aproxima de uma impressão, pois isso seria como dizer que uma informação precisa que temos, no caso, os dados da representação, possui uma multiplicidade “aproximada” dos dados das impressões, ainda que a multiplicidade das impressões não seja essencialmente determinada. No entanto, dizer que uma representação é aproximada implica na possibilidade de se estabelecer o parâmetro dessa aproximação; de se dizer *o quanto essa representação se aproximado original e de poder representá-lo exatamente*; o que não faria sentido com respeito às impressões.

Ao explicitar as distinções lógicas entre as representações dos objetos físicos e as representações das impressões, Wittgenstein demonstra o absurdo que se comete ao tratar as duas formas de representação como se fossem do mesmo tipo lógico. O filósofo conclui a argumentação desse texto enfatizando o absurdo que se incorre ao se propor uma linguagem ideal, capaz de descrever o fenômeno com exatidão. Apesar de lembrar os escritos intermediários do *Big Typescript*, a conclusão feita por Wittgenstein nesse texto encaminha novas teses para sua filosofia tardia. Vemos, por exemplo, que a linguagem fenomênica é tratada como essencialmente geral e usada apenas como condição de possibilidade para o sentido das proposições secundárias. A determinação dos dados da sentença proferida é pensada como uma investigação *a posteriori*, realizada no mundo físico onde há intercâmbio de informações a partir da admissão de

² Esse tipo de observação, entendida por Wittgenstein em sentido ordinário, não é, no entanto, o que o filósofo considera como um “fenômeno visual”. Na observação ordinária, admitem-se amplamente as hipóteses de “tempo” e “espaço tridimensional”, o que torna viável a singularização de uma representação. No entanto, de acordo com o que Wittgenstein sustenta nas *Philosophical Remarks*, no “fenômeno visual” seriam suspensas todas as hipóteses que estivessem para além das formas bidimensionais e das cores do campo visual.

hipóteses como o “tempo”, “espaço tridimensional” e “nexo causal induzido”. Na próxima seção, faremos as observações mais relevantes desta dissertação. Procuraremos mostrar como algumas teses elaboradas no *Big Typescript* podem ter fundamentado logicamente os argumentos encontrados em *Phenomenal Language*.

4.2 - Relações entre a generalidade proposicional e a generalidade do fenômeno

Vimos na seção anterior que, em *Phenomenal Language*, Wittgenstein fez uma forte crítica a uma intuição muito comum, tanto no pensamento filosófico, quanto na linguagem ordinária – tratar a representação das impressões como um processo completamente análogo à representação dos objetos físicos. Para fundamentar sua crítica, Wittgenstein usou o argumento de que as impressões possuem o caráter de generalidade e, por essa razão, não faria sentido que sua representação fosse tratada da mesma forma que a representação dos objetos físicos. Nesse texto, a generalidade das impressões é sustentada por Wittgenstein como um ponto assente. Para defender sua tese, o filósofo não recorre a qualquer outra razão que não a própria asserção de que as impressões possuem uma generalidade inerente. Quanto a esse ponto, pretendemos fazer a observação mais significativa desta pesquisa. Pretendemos observar que, apesar de Wittgenstein ter colocado a tese acerca da “generalidade das impressões” de maneira tão assertiva nesse texto, essa tese pode ser entendida como tendo sido extraída das conclusões assumidas no *Big Typescript*. Procuraremos fazer nesta seção uma breve retrospectiva da argumentação de Wittgenstein em 1930 sobre a linguagem fenomênica e proporemos uma interpretação de como esses argumentos influenciaram o tratamento do conceito de “impressões” em *Phenomenal Language*.

Conforme relatamos na segunda seção do terceiro capítulo desta dissertação, ao examinar a proposição primária “há um círculo dentro do quadrado”, Wittgenstein deparou-se com um grande problema de seu projeto filosófico. Ele tinha à sua frente uma frase construída estritamente numa linguagem primária que relatava a ocorrência de formas geométricas bidimensionais no campo visual. A frase parecia ser um ótimo exemplo de como deveria ser executado o modo primário de representação. A sentença não contava com qualquer constructo teórico. Não fazia menção ao “tempo”, ao “espaço

tridimensional” ou a qualquer relação de “nexo causal”. Expressia-se na frase tão simplesmente a ocorrência de um círculo dentro de um quadrado. Ao lidar com essa expressão construída a partir de critérios tão rígidos de suspensão fenomenológica, Wittgenstein notou que a própria frase não informava em sua estrutura qualquer posição singular do círculo dentro do quadrado. Como poderia, então, essa frase tão elementar ter seu sentido completamente determinado se não havia em sua construção qualquer dado que informasse as posições possíveis do círculo dentro do quadrado? A única forma sensata de se determinar essas posições seria efetuar a medida das áreas das figuras e, então, calcular o número de possibilidades. Esse método de determinação do sentido da proposição primária, no entanto, implicaria na extrapolação dos limites da própria linguagem primária. Medir a área das figuras e calcular as possibilidades seria, de fato, uma ação dada no tempo e requereria o uso da memória. Wittgenstein entendeu, por fim, que esse tipo de determinação estava definitivamente desconectado dos princípios fenomenológicos outrora estabelecidos por ele. A conclusão extraída desse episódio seria, assim, que a representação dos fenômenos sofreria de uma generalidade inerente.

Até então, a descoberta de Wittgenstein serviria apenas como crítica ao seu próprio projeto de completa determinação do sentido proposicional. Com essa nova conclusão, Wittgenstein encontrou razões suficientes para abandonar o projeto de determinação do sentido das proposições secundárias. No entanto, nem tudo estava em crise na filosofia de Wittgenstein. Ainda seriam absurdos os enunciados que pretendessem descrever estados de coisas não traduzíveis em uma linguagem primária. Isso significa que, apesar de não servirem mais como análise das proposições secundárias, as proposições primárias ainda ofereceriam a condição de possibilidade para o sentido das representações fisicalistas. Por mais caras que tenham sido à sua filosofia, essas conclusões acabaram indicando um novo caminho para se entender o sentido proposicional. Agora, em vez de buscar a determinação analítica do sentido das proposições, Wittgenstein tinha encontrado um critério para acusar frases absurdas. Explorando as possibilidades desse novo caminho, a filosofia de Wittgenstein pôde prosseguir.

Alguns anos mais tarde, no texto *Phenomenal Language*, Wittgenstein se encontra num debate sobre a possibilidade de se descrever o fenômeno com exatidão. O que nos parece interessante é que o problema apresentado por Wittgenstein não consiste

mais em nenhuma acusação de insuficiência da linguagem primária. O problema abordado nessa época se dava pela *confusão* entre a estrutura lógica das linguagens primária e secundária. Wittgenstein acusa a confusão a ser cometida por qualquer um que insista em considerar que se representa uma impressão da mesma forma que se representam objetos físicos. O filósofo evidenciou esse uso inapropriado da linguagem ao contrapor a natureza lógica dos objetos físicos e das impressões. Comparando o caráter lógico desses conceitos, ele argumentava que quando se trata de objetos físicos, faz sentido se requerer uma determinação mais precisa de sua representação, porém, com respeito às impressões, devido à sua generalidade inerente, não faria sentido se pretender representá-las com exatidão.

Notemos, no entanto, que a tese da “generalidade das impressões” é sustentada por Wittgenstein como uma premissa, um ponto assente. O que desejamos propor é que essa premissa sustentada por Wittgenstein teria sido originada no *Big Typescript* durante as reflexões sobre generalidade da linguagem fenomênica. Lembremos que, no texto de 1930, Wittgenstein conclui que a linguagem primária é essencialmente geral, isto é, não faz sentido se requerer uma determinação mais complexa do que a própria multiplicidade oferecida pela sentença. Até esse ponto, nada demais. A crítica de Wittgenstein não se refere ao fenômeno, mas apenas à linguagem fenomênica. Porém, se investigarmos as implicações lógicas dessa conclusão para além do que Wittgenstein explicitou, podemos entender como sua crítica sobre a linguagem primária acaba incidindo sobre o próprio fenômeno e, por conseguinte, sobre as impressões.

O caso é que dizer que um fenômeno possui uma multiplicidade mais complexa do que a proposição que o descreve é um *absurdo*. O contrassenso se dá porque ao mencionar que há uma impressão essencialmente mais complexa do que a sua representação, faz-se referência a um conteúdo que estaria para além da linguagem. O absurdo se encontra ao se propor a ocorrência de um conteúdo indescritível, inefável. Ao reconhecermos esse princípio, podemos enunciar a regra: *não faz sentido se dizer que um fenômeno possui, em qualquer caso, uma multiplicidade distinta da proposição que o descreve*. Assim, ao assumirmos a conclusão de Wittgenstein de que as proposições primárias são essencialmente gerais, podemos ainda deduzir que o próprio fenômeno representado é essencialmente geral, pois se tentássemos negar isso, estaríamos dizendo um absurdo do tipo “apesar da descrição de um fenômeno ter sido geral, o próprio fenômeno guarda, para além de qualquer descrição possível, um

conteúdo que não pode ser descrito”. A hipótese que estamos defendendo com este trabalho é a de que Wittgenstein teria notado tal implicação e, por essa razão, teria defendido o caráter de generalidade das impressões como um ponto assente no texto *Phenomenal Language*.

Conclusão

Em nossa investigação, concluímos que a intrigante tese de Wittgenstein sobre a presença inelutável da generalidade no contexto de impressões, encontrada no texto *Phenomenal Language*, teria sido uma consequência de uma tese ainda mais geral sobre um resquício de generalidade, também inerente, no sentido das proposições, enunciada pelo filósofo entre os anos de 1929 e 1930. A hipótese sustentada por nossa leitura é a de que a generalidade do sentido proposicional teria como consequência lógica a generalidade das impressões, pois uma vez que o sentido das proposições seja concebido como essencialmente geral, não faria sentido se dizer que as impressões envolveriam uma singularidade para além de suas representações. Levando tal implicação em consideração, Wittgenstein passaria então a mencionar a generalidade das impressões como um ponto assente em suas afirmações.

De acordo com nossa apresentação, em *Phenomenal Language*, Wittgenstein critica a ideia de se representar completamente as impressões. A crítica do filósofo se ampara no argumento de que não faria sentido se propor uma linguagem que pudesse descrever completamente as impressões, uma vez que estas seriam essencialmente gerais. Como vimos, nesse texto, Wittgenstein afirma ser absurda a noção de que uma impressão visual, por exemplo, fosse composta por partes determinadas no mesmo sentido em que um objeto físico, como um filme, é constituído.

No caso da representação de um objeto físico, como um filme, por exemplo, faria sentido se perguntar se uma cópia possui todos os fotogramas do filme copiado, representando-o integralmente. Não apenas isso, mas faria sentido, ainda, se pretender conferir se cada fotograma fora copiado legitimamente, a fim de se descobrir, por exemplo, se não haveria nenhuma divergência entre as partes de cada fotograma. Nesse caso, é possível contrapor um filme e sua cópia, lado a lado se necessário, a fim de descobrir se a cópia possui as mesmas propriedades do original.

Em contrapartida, no caso da representação das impressões, de fato, faria sentido se dizer que a representação, sendo um objeto físico, possui partes. Porém, ainda que as *representações* de impressões sejam objetos físicos (como no caso de um filme, de uma

escultura etc.), para Wittgenstein seria errôneo se depreender que, também as impressões representadas seriam “como que objetos físicos”. Ao apresentarmos o texto em que Wittgenstein reconhece a generalidade das proposições vimos que o filósofo considerou essa generalidade como atingindo essencialmente as proposições primárias. Assim, não que Wittgenstein estivesse vetando a possibilidade de se investigar os aspectos singulares dos dados perceptuais, mas tal investigação deveria envolver um intervalo de tempo e, portanto, hipóteses e memórias, o que extrapolaria os limites da linguagem primária.

Quando Wittgenstein concluiu que na proposição “há um círculo dentro do quadrado!” não estavam contidas as informações singulares referentes ao círculo e ao quadrado, essa generalidade se daria essencialmente enquanto a proposição fosse concebida como uma representação primária. No entanto, as medidas singulares do círculo e do quadrado, bem como a relação precisa entre a posição entre essas duas formas poderia, sem problemas, ser determinada por um processo de medida a partir de uma representação fisicalista, considerando-se a hipótese do “tempo”. Todavia, sem a assunção de tal hipótese, seria possível descrever apenas características gerais das impressões, sem a postulação de que essa generalidade esteja, em princípio, vinculada à possibilidade de uma descrição completa. Essa ideia marcaria uma contraposição a noções bem comuns, segundo as quais as impressões visuais, por exemplo, seriam como imagens dispostas numa tela e cujas descrições poderiam ser completamente precisas.

Repassemos com um pouco mais de detalhes o trajeto realizado em nossa pesquisa que conduz do “sentido proposicional” às “impressões”. Primeiramente, devemos retomar esse percurso mencionando que as noções mais comuns sobre as *impressões*: de que elas consistem em “imagens singulares”. Era dessa maneira mais tradicional que elas, assim como os objetos físicos, eram assumidas na primeira fase da filosofia de Wittgenstein. No *Tractatus*, o sentido proposicional era dado pela condição de que as proposições de cunho geral pudessem ser expressas de modo a descrever os estados de coisas de maneira completamente livre de generalizações. Com a análise proposicional, Wittgenstein perseguia o preceito de que a realidade devesse consistir de fatos finitos e precisamente definidos. Levando essa ideia em conta, vimos que Wittgenstein, já desde os *Notebooks*, afirmava que “O que pode vacilar são as nossas descrições, e não os fatos”. Nesse ponto, a declaração de Wittgenstein parecia muito natural; ela levava em conta que as proposições, sendo gerais, poderiam apresentar um

nível maior ou menor de exatidão em suas descrições, mas os fatos, por serem uma parcela da realidade, seriam inelutavelmente particulares. Sendo assim, ainda que nos casos ordinários as proposições descrevessem estados de coisas de forma geral, o sentido dessas expressões gerais deveria poder ser expresso numa disjunção de casos singulares.

Como vimos no primeiro capítulo de nossa dissertação, essa condição de possibilidade para o sentido proposicional imposta no *Tractatus* se dava em função da concepção de “realidade”. E, já em nosso segundo capítulo, vimos que seu artigo de 1921, *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein ainda continuava a subscrever ao pressuposto de que a realidade fosse completamente singular, isto é, composta por possibilidades de estados de coisas particulares. As proposições, por sua vez, representariam as possibilidades dessa realidade. Dessa forma, se, por um lado, as representações da linguagem podiam ser mais ou menos gerais, por outro, em qualquer caso, para terem sentido, as proposições deveriam apresentar uma estrutura lógica de multiplicidade (de casos singulares) equivalente à realidade. Assim, o sentido proposicional, como expressão das condições de verdade das proposições, seria explicitado a partir dessa simetria entre a multiplicidade lógica da proposição e da estrutura da realidade.

Outro ponto importante que apresentamos em nosso segundo capítulo foi o de que, ainda que o estatuto ontológico dos estados de coisas na realidade seja discutível no *Tractatus*, a partir de 1929, Wittgenstein defende claramente a ideia de que esses estados de coisas seriam fenômenos. Apenas a partir desse ponto as relações entre os conceitos de “sentido proposicional” e de “impressão” na filosofia de Wittgenstein, objetivo central de nossa investigação, foram claramente delineadas. Em nossa apresentação do artigo *Some Remarks on Logical Form*, vimos que Wittgenstein, ainda assumindo os princípios do *Tractatus*, propõe que o sentido das proposições tenha como condição de possibilidade a completa representação dos fenômenos. Sob tais condições, o sentido das proposições seria dado pela possibilidade de se deduzir da estrutura da proposição geral uma série de casos particulares disjuntos que consistiriam em descrições de *fenômenos*. De acordo com essa concepção, as impressões seriam descritíveis de modo semelhante a objetos físicos dispostos num mapa. Assim, encontradas ao final da análise proposicional, as sentenças elementares seriam como asserções de coordenadas espaciais e qualitativas sobre um plano cartesiano, indicando

com absoluta precisão a localização de quaisquer manchas e formas no campo visual. Com esse sistema, Wittgenstein propunha que as impressões funcionassem como a realidade tractariana, cuja estrutura seria composta de possibilidades completamente singulares, os “estados de coisas”. Sobre essas possibilidades, agora descritas explicitamente como sendo fenomênicas, a linguagem poderia fazer representações mais ou menos completas. Para que tivessem sentido, no entanto, tais representações deveriam poder ser expressas em descrições absolutamente completas do campo perceptual.

Ainda no segundo capítulo de nossa dissertação vimos que, já no final no ano de 1929, nos meses seguintes à publicação do artigo *Some Remarks on Logical Form*, Wittgenstein desenvolve uma série de novas investigações que, de modo surpreendente, culminariam na rejeição de, talvez, sua principal tese promulgada até então: a *Tese da Completa Determinação do Sentido Proposicional*. Em nossa apresentação das *Philosophical Remarks* vimos que Wittgenstein teria rejeitado a ideia tractariana de “análise proposicional” como um tipo de derivação lógica (apriorística) da forma ordinária das proposições, análise essa que seria responsável pela explicitação do próprio sentido proposicional.

Como vimos na segunda metade de nosso segundo capítulo, nesses novos textos, a análise do sentido das proposições já não encarava mais a lógica como a linguagem na qual seriam expressas todas as condições de verdade de uma proposição. Em um espírito já muito distante daquele do *Tractatus*, vimos nas *Philosophical Remarks*, que Wittgenstein passaria a considerar que investigação do sentido proposicional poderia ser feita em qualquer idioma. Com esses novos princípios, Wittgenstein estaria defendendo a tese de que não faria sentido se postular a possibilidade de completa descrição da realidade como forma de explicitar o sentido das proposições.

A partir desse ponto, vimos então que a investigação sobre o sentido proposicional consistiria na distinção entre dois tipos de representação da realidade contidos em cada proposição: as representações fisicalistas e as fenomenológicas. As representações fisicalistas seriam caracterizadas pela presença de hipóteses, representando fatos que estariam para além da experiência fenomenológica. Já as representações fenomenológicas seriam caracterizadas pela suspensão das explicações hipotéticas, descrevendo estritamente os dados perceptuais. Com essa distinção, a

proposta de Wittgenstein era a de que, para que tivessem sentido, as representações fisicalistas deveriam ter ao menos uma parte de seu conteúdo verificado como fenômeno. A parcela hipotética de seu significado permaneceria como um resíduo inelutável que somente teria um sentido enquanto admitidas as conjecturas para além dos fenômenos.

Em contrapartida, o sentido das representações fenomenológicas seria dado meramente pela possibilidade de se verificar um fenômeno que indique sua negação. Pensando dessa forma, vimos como Wittgenstein propunha então que a verificação das impressões seria um critério para verificar, tanto as representações fisicalistas, quanto as fenomenológicas. No caso das representações fisicalistas, sua verificação seria parcial, havendo um resíduo marcado pela hipótese. Porém, quanto às representações fenomenológicas, sua verificação seria completa. A finalidade desse tipo de distinção não seria mais a completa determinação do sentido pretendida com a análise tractariana, mas apenas uma forma de se evitar a construção de absurdos na linguagem.

Conforme argumentamos no terceiro capítulo de nossa dissertação, o reconhecimento da generalidade inerente ao sentido das proposições teria sido uma das principais causas da mutação no pensamento de Wittgenstein ocorrida entre 1929 e 1930. Como pudemos conferir, com essa mutação, o princípio tractariano da *Completa Determinação do Sentido Proposicional* teria sido rejeitado, dando lugar à concepção de que o sentido proposicional deveria apenas ser esclarecido pela distinção dos modos de representação contidos numa proposição, evitando-se assim, a construção de sentenças absurdas. Com o abandono da ideia de análise, Wittgenstein reconhece a generalidade como um caráter essencial do sentido das proposições, sendo qualquer particularização um processo dado pela assunção das hipóteses fisicalistas.

Em nossa argumentação propusemos que, além de ter contribuído fortemente para essa grande mudança no pensamento de Wittgenstein, o reconhecimento da generalidade inerente ao sentido proposicional teria implicado na concepção de que as impressões seriam essencialmente gerais. Como argumentamos no capítulo final de nossa dissertação, com essa nova concepção de “impressão”, a filosofia de Wittgenstein apresenta uma crítica severa à ideia de que os dados dos sentidos pudessem ser representados com completude e exatidão. Dessa forma, as metáforas comumente construídas para se descrever o campo visual ou mesmo a memória do campo visual

como um tipo de imagem não passariam de um tipo absurdo de construção. Além disso, a ideia de se tomar uma imagem de um objeto físico para se dizer frases como “é exatamente isso que imagino agora!” ou “as imagens apresentadas na tua retina são uma descrição completa do teu campo visual!” não passaria de confusões entre a perspectiva fenomenológica, na qual ocorreriam as impressões, e as hipóteses da física. Essas construções poderiam até servir a uma intenção poética ou artística de se representar algo. Quanto a essas formas de expressão, alguém poderia argumentar que pouco importa se o que se diz é sensato ou não, mas, no que tange ao conhecimento que se pode constituir com essas expressões, a filosofia pode, em contrapartida, mostrar que são vazias.

Considerando-se essas conclusões, cumprimos o objetivo central de nossa pesquisa que envolvia examinar algumas relações entre as concepções de “*sentido*” e de “*impressão*” em Wittgenstein, do *Tractatus* até o final de sua fase intermediária. Talvez, a noção mais bem esclarecida em nossos estudos tenha sido a de “sentido proposicional”, pois com o abandono da *Tese da Plena Determinação do Sentido*, restaria uma concepção que apenas buscava evitar certas construções absurdas. O sentido proposicional não seria, então, determinado, mas consistiria em proposições “não absurdas” e “não tautológicas”.

A crítica de Wittgenstein, segundo a qual não faria sentido se tratar as “impressões” como análogas a “objetos físicos”, desarma as tentativas mais tradicionais de defini-las razoavelmente. Sendo assim, diante da proposta wittgensteineana de que as impressões possuem essencialmente um caráter de “generalidade”, a própria noção de “impressão” parece carecer de uma conceituação mais precisa. Pelo menos, claramente não podemos mais apelar à noção mais tradicional, que envolvia a “singularidade” como marca definidora.

Com esta pesquisa, tudo o que pudemos encontrar sobre as impressões na filosofia de Wittgenstein é o que delas poderia ser dito – que são dados perceptuais gerais. No caso dos dados perceptuais da visão, por exemplo, pode-se dizer que, ao menos em certos casos, possuem cores e formas. Ora, mas “cores” e “formas” também são propriedades de figuras, enquanto objetos físicos. Qual seria, então, o caráter das “impressões” na filosofia de Wittgenstein? Além dessa “generalidade” característica,

haveria outra forma de conceituar as *impressões*? Talvez, algumas respostas mais satisfatórias para essas questões possam ser encontradas em estudos futuros.

Referências Bibliográficas

CUTER, João Vergílio Gallerani. *Comentários do capítulo I das Bemerkungen*. Manuscrito.

_____. *Comentários do capítulo VI das Bemerkungen*. Manuscrito.

_____. *Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental?* Revista *Dois Pontos*. Curitiba, 2006.

_____. *Subjetividade empírica e transcendental no Tractatus de Wittgenstein*. Palestra em Goiânia, 2002.

_____. *The philosophical agenda behind the philosophical remarks*. Manuscrito.

HACKER, Peter Michael Stephan. *Wittgenstein: Meaning and Mind*. Oxford: Basil Blackwell, 1993.

HINTIKKA, Merril; HINTIKKA, Jaakko. *Uma Investigação sobre Wittgenstein*. São Paulo: Papyrus, 1986.

NETO, Bento de Almeida Prado. *Fenomenologia em Wittgenstein: Tempo, Cor e Figuração*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. *Bemerkungen – Capítulo 5*. Manuscrito.

_____. *O Tempo nas Philosophische Bemerkungen*. Conferência na UFRGS, 2001.

PERRIN, Denis. *Husserl e Wittgenstein leitores de James: a questão do tempo*. Tradução Bento de Almeida Prado Neto. Revista *Dois Pontos*. Curitiba, 2005.

SILVA, Guilherme Ghizoni. *O papel das hipóteses na construção do tempo homogêneo fisicalista nas análises de Wittgenstein do início da década de trinta*. Comunicação, 2009.

STERN, David G. *Wittgenstein on Mind and Language*. New York Oxford, Oxford University press, 1995.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos 1914-1916*. Lisboa: Edições 70, 2004.

- _____. *Notebooks 1914-1916*. Oxford: Basil Blackwell, 1961.
- _____. *Philosophical Grammar*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- _____. *Philosophical Remarks*. Rhees, R. (Ed.). Translated by Hargreaves, R. & White R. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.
- _____. *Some Remarks on Logical Form*. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Occasions*, 1993.
- _____. *The Big Typescript*. Oxford: Blackwell, 2005.
- _____. *The Voices of Wittgenstein – The Vienna Circle*. BAKER, G. (Ed.). London: Routledge, 2003.
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução José Arthur Giannotti. São Paulo: USP, 1968.